



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2016**

Rio de Janeiro/2017



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 154/2016, DN TCU nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e a Portaria CGU nº 500/2016.

Rio de Janeiro/2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

APAR – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E REABILITANDOS

CBO – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CCMI - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING INSTITUCIONAL

CEJA – CENTROS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CGU- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

CIS – COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CPPD – COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

CTA – CENTRO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS

DAE – DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

DAL – DIVISÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER

DCRH – DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DED – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DEN – DIVISÃO DE ENSINO

DDI – DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFOMAÇÃO

DIB – DIVISÃO DE IMPRENSA BRAILLE

DMP – DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DMR – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO

DOA – DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

DOE – DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, PSICOLÓGICA E FONOAUDIOLÓGICA

DOF – DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DP – DIVISÃO DE PESSOAL

DPA – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DPME – DIVISÃO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPECIALIZADO

DPMO – DIVISÃO DE PESQUISA E ATENDIMENTO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E NUTRICIONAL

DRT – DIVISÃO DE REABILITAÇÃO, PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL

DSG – DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

DTE – DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

IBC - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

IFRJ – INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA

INEPAC – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NUCAPE – NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO E EMPREGABILIDADE

PDI- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PES - PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL

PPA- PLANO PLURIANUAL

SECADI – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

SEEDUC – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

SIADS – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS

SPIUNET – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

SPO – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SPU – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

SUMÁRIO

2 – APRESENTAÇÃO -	7
3 - VISÃO GERAL	9
Finalidade e Competências	10
Normas e e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	10
Organograma	12
Macroprocessos finalísticos	15
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	18
Planejamento Organizacional	18
Descrição sintética dos objetivos do exercício	18
Estágio de implementação do planejamento estratégico	19
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	19
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	19
Desempenho Orçamentário	20
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	20
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	25
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	25
Restos a pagar de exercícios anteriores	26
Execução descentralizada com transferência de recursos	26
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	26
Informações sobre a execução das despesas	27
Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	30
Desempenho operacional	30
Renúncia de receitas	31
Apresentação e análise de indicadores de desempenho	31
5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	43
Descrição das estruturas de governança	43
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	44
Gestão de riscos e controles internos	44
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	44
Gestão de pessoas	45
Estrutura de pessoal da unidade	45
Demonstrativo das despesas com pessoal	46
Gestão de riscos relacionados ao pessoal	48
Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	49
Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	50
Gestão do patrimônio e infraestrutura	55
Gestão da frota de veículos	56

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	57
Gestão do patrimônio imobiliário da União	57
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	62
Informações sobre imóveis locados de terceiros	62
Gestão da tecnologia da informação	62
Principais sistemas de informações	63
Gestão ambiental e sustentabilidade	66
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	67

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE **67**

Canais de acesso do cidadão	68
Carta de Serviços ao Cidadão	69
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	69
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	69
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	69

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS **72**

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	85
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	85
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	85

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE **86**

Tratamento de determinações e recomendações do TCU	86
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	86
Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário	87
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	87
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	88
Informações sobre ações de publicidade e propaganda	88

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Instituto Benjamin Constant - IBC, exercício 2016, foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

O Instituto Benjamin Constant continuou no cumprimento de sua missão institucional e regimental, prosseguindo em suas ações finalísticas como: educar, reabilitar, promover a prevenção da cegueira, produzir e disseminar conhecimento, criar e distribuir impressos em Braille e material didático especializado em diferentes áreas, preparar para a inserção e reinserção da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, preparar atletas de alto rendimento, qualificar docentes e profissionais técnicos na área da deficiência visual, incrementar pesquisas no campo da cegueira e da baixa visão e promover a ascensão social e humana de grupos de alunos com deficiências múltiplas, dificuldades de aprendizagem e surdocegueira.

Iniciamos, em 2016, o Projeto Capacita Brasil, com jornadas de capacitação de recursos humanos para atuarem com alunos com deficiência da visão em diversos estados do Brasil em parceria com entidades da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica. A jornada ocorreu em São Luís, Natal, Brasília, Rio de Janeiro e Boa Vista. Os 288 participantes concluintes tiveram contato com áreas específicas para o bom atendimento da pessoa com deficiência visual como: Baixa Visão, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Produção de Material Didático Especializado e Informática. Este movimento levou, de forma sistemática, formações oferecidas pelo IBC para diferentes locais do Brasil, contando com a estrutura e com o público da mencionada Rede, estendendo-se para as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Ainda no campo da formação continuada, destacamos a retomada dos Cursos de Educação à Distância do IBC. Iniciando essa nova etapa oferecemos o curso de Alfabetização no Sistema Braille, o que possibilitará maior abrangência na formação oferecida pelo IBC.

A ação de prevenção à cegueira teve que ser reorganizada no ano de 2016. Os desafios deste ano não foram impeditivos para que conseguíssemos formar mais uma turma de Médicos Residentes no Programa de Residência Médica do IBC. Durante o ano, estivemos em constante contato com o Ministério da Educação para que as dificuldades pudessem ser sanadas. A Secretaria de Ensino Superior e a Secretaria Executiva, do MEC, receberam as demandas e estão tratando do assunto em conjunto com a Direção Geral deste Instituto.

Na Ação Apoio à Residência em Saúde, através do Programa de Residência Médica em Oftalmologia atendemos 9.364 pessoas, realizamos 739 cirurgias e aplicamos 517 injeções intravítreas

No ano de 2016, com as paralimpíadas, tivemos a participação de atletas de alto-rendimento em diversas modalidades, trazendo o espírito paraolímpico para a Instituição.

No segundo semestre, depois de atuar diretamente com o Ministério da Educação, tivemos a continuidade do processo de nomeação de candidatos aprovados no concurso público de 2012. Foram 11 Professores de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, 3 Técnicos Administrativos de Nível Médio e 2 Técnicos Administrativos de Nível Superior.

Arelados ao tripé, inerente à carreira de nosso corpo docente, Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, buscamos o ensino, a pesquisa e a extensão, acrescentando a nossa expertise na produção técnico especializada, a fim de darmos melhores condições de vida e uma possibilidade real de inclusão, para a criança, o jovem, o adulto e o idoso com deficiência da visão.

O IBC teve um bom desempenho no ano de 2016. Na ação Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica tivemos um total de 827 alunos matriculados. Nossos alunos participaram de eventos, palestras, exposições, apresentações de teatro, apresentações musicais

e competições esportivas.

Contaram ainda com os atendimentos e serviços das Coordenações de Nutrição, Baixa Visão, e Enfermagem, da Odontologia, da Clínica de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Psicologia. Encaminhamos 19 alunos para o mercado de trabalho através do NUCAPE. Foram atendidos 351 reabilitandos. O Centro de Terapias Alternativas - CTA, teve 37 participantes em cursos oferecidos. O Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego contou com 7 participantes.

Desenvolvemos e distribuímos para todo o Brasil 12.478 recursos didáticos especializados. Desenvolvemos junto com o MEC/FNDE mais um projeto de adaptação e distribuição de livros em Braille; foram produzidos 20 títulos didáticos em Braille do Programa Nacional do Livro Didático. Capacitamos 792 profissionais na área da deficiência visual, através dos 51 cursos oferecidos. Tivemos 100 servidores capacitados de acordo com a demanda recebida. Tivemos ainda a participação de 70 servidores em 36 eventos externos como apresentação de palestra, mesa redonda, feiras, congressos, etc. Ainda na capacitação dos servidores do IBC, realizamos 04 eventos: Oficina de Atualização em Emergência Clínicas, Pacote Office, Oficina Tendências atuais no ensino da Matemática e Informática Educativa e Tecnologias Assistivas. Realizamos a I Jornada Científica do Centro de Estudos e Pesquisas do IBC: Pesquisas em Diálogo, dois Seminários Conectando Conhecimentos e a Campanha Branco e Vermelho: conscientizando sobre a surdocegueira. No exercício contamos com 54 estagiários sendo 36 em estágio obrigatório e 18 em estágio não obrigatório.

Foram editadas e distribuídas 08 revistas Pontinhos e RBC. Produzimos e distribuímos, ainda, 4.471 exemplares da Revista Benjamin Constant com o total de 13 artigos publicados.

Criamos o Comitê de Tecnologia da Informação para auxiliar no processo de desenvolvimento de ações estratégicas da Instituição.

A Comissão de Acessibilidade atuou junto a Coordenação de Manutenção do IBC na adequação dos espaços institucionais; prestou assessoria e orientou às instituições públicas e privadas que nos procuram; ministrou cursos e palestras, participou de eventos e promoveu junto aos funcionários terceirizados do IBC capacitação para melhor atenderem às pessoas com deficiência visual.

A Comissão de áudio-descrição auxiliou na comunicação e acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Atuou em eventos internos e prestou assessorias externas.

Iniciamos o desenvolvimento de um novo site institucional a partir do modelo disponibilizado pelo Governo Federal. Esse modelo dará maior visibilidade as ações institucionais atendendo a crescente produção da Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional – CCMI.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização de suas metas no exercício de 2016 ainda é seu quadro de pessoal. Os concursos realizados não contemplaram todos os cargos solicitados. Nos últimos anos houve um crescimento no número de matrículas de crianças que apresentam síndromes diversas, aliadas à deficiência da visão, que necessitam de atendimento altamente especializado, por isto, fomos obrigados a recorrer à terceirização. São carreiras que não compõem o nosso quadro efetivo, mas são fundamentais para o desenvolvimento de nossos alunos. Portanto, existindo a premência de se criarem novos cargos para o IBC. É urgente a contratação de profissionais especializados para atenderem esta crescente demanda.

O Instituto Benjamin Constant precisa crescer. Nossas ações ramificam-se por todos os níveis de ensino, o que vai garantir que possamos atuar de forma sólida na pesquisa e na formação de profissionais para atuarem na área da deficiência visual.

3- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação da Unidade

IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATORIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério da Educação Código SIORG: 00244

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Instituto Benjamin Constant Denominação
abreviada: IBC

Código SIORG: 00251 Código LOA 26105 Código SIAFI 152004

Natureza Jurídica: Órgão Público Principal Atividade: Ensino Fundamental Especializado Código

CNAE: Grupo 8513 CNPJ: 00394.445/0272-12-9 /00

Telefones/Fax de contato: (021) 3478-4440 (021) 3478-4442 (021) 3478-4438 Fax :(021) 3478-4444 Endereço
eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br

Página da Internet: <http://www.ibc.gov.br>

Endereço Postal: Avenida Pasteur, N° 350/368 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

Decreto Imperial n° 1428 de 12 de setembro de 1854, com denominação dada pelo Decreto n° 1320 de 24 de janeiro de 1891.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Portaria n° 325 de 17 de abril de 1998 - Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant

Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 de abril de 1998

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Não houve

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI Nome

Não se aplica à natureza da UJ Não se aplica à natureza da UJ

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI Nome

Não se aplica à natureza da UJ Não se aplica à natureza da UJ

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora Código SIAFI da Gestão

3.2 Finalidade e Competências

O Instituto Benjamin Constant tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas com deficiência visual (cegos, baixa visão, com múltiplas deficiências ou surdocegueira), criar e distribuir impressos em Braille e de Baixa visão e material didático especializado em diferentes áreas, a capacitação de recursos humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da deficiência visual, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, preparar atletas de alto rendimento, preparar a pessoa cega ou com baixa visão para a inserção ou reinserção no mundo do trabalho, qualificar docentes e profissionais técnicos na área da deficiência visual em todo o país, a prevenção às causas da cegueira, promover a ascensão social e humana de grupos de alunos com deficiências múltiplas, dificuldades de aprendizagem e surdocegueira.

MISSÃO: Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa com deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e igualitárias de um efetivo exercício da cidadania.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A partir do Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant, publicado através da Portaria nº 325 de 17 de setembro de 1998, o IBC passou a funcionar de acordo com as normas criadas e regulamentadas por seu Regimento Interno. Durante o período de vigência efetuaram-se duas alterações: Portaria nº 1337, de 3 de dezembro de 1998 e a Portaria nº 1066, de 10 de novembro de 2008.

3.4 - Breve Histórico do Órgão

Em 12 de setembro de 1854, o Imperador D. Pedro II cria através do Decreto 1428 o Imperial Instituto dos

Meninos Cegos, primeira Instituição Educacional para cegos na América Latina.

Cinco dias após, em 17 de setembro, realiza-se a inauguração solene do Órgão. A partir dessa data, o cego brasileiro vê iniciada sua trajetória nas esferas educacional, social e cultural. O pioneirismo sempre foi a marca que conferiu e ainda confere a esta Instituição, seu poder de crescimento e permanência.

Em 1889, com a Proclamação da República em 15 de novembro, o Imperial Instituto passa a chamar-se Instituto Nacional dos Cegos. Em janeiro de 1891 com a morte de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, uma das figuras mais importantes de sua história, já que por oito anos foi Professor de Matemática e por 20 anos seu Diretor Geral, o antigo Instituto ganha seu nome: Instituto Benjamin Constant.

O velho prédio da Praia Vermelha nasce pela força do ideal de um jovem cego: José Alvares de Azevedo, primeiro cego brasileiro a estudar no Instituto dos Jovens Cegos de Paris e de lá, trás as ideias revolucionárias que forjam o primeiro núcleo de inclusão e cidadania do Brasil – A Educação Especial.

3.5 Ambiente de atuação

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição especializada na educação global da pessoa com deficiência visual (pessoas cegas ou com baixa visão). Atuamos num ambiente eminentemente educacional, assim, não temos como interlocutores empresas, temos interfaces com secretarias de educação, escolas públicas e privadas no âmbito da acessibilidade prestamos assessoramento a escolas, empresas de diferentes naturezas, ampliando e favorecendo o acesso

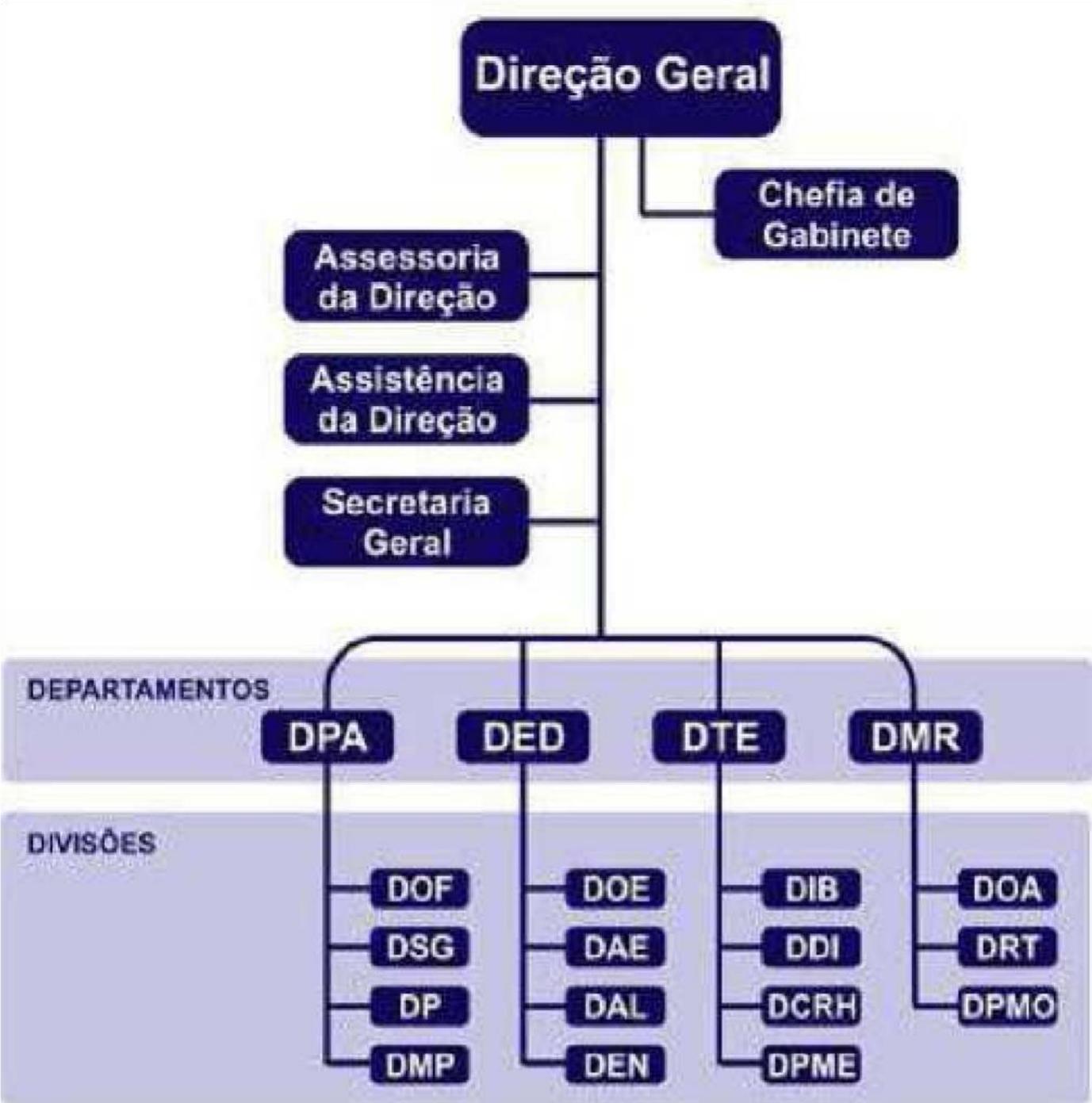
da pessoa cega ou com baixa visão em ambientes educativos, bem como em ambientes ligados ao mundo do trabalho. A abrangência de nossa atuação é única dentro do cenário da educação brasileira.

Nossos produtos referem-se à produção e disseminação do conhecimento. Publicamos livros e revistas; pesquisamos e confeccionamos materiais didáticos especializados que possibilitam o acesso de crianças e jovens a diferentes saberes. A capacitação de docentes e técnicos através dos cursos ofertados pelo IBC são vias de acesso para esses profissionais que, em cadeia, abrem caminhos para o acesso de crianças e jovens em todo território nacional.

Não militamos no campo dos negócios, uma vez que somos uma entidade pública educacional. Nossas iniciativas e ações visam ao desenvolvimento intelectual social e humano do indivíduo com deficiência visual.

Avançamos nos últimos anos amparados pela Lei 10.098/2000 pelo Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT. Tal aporte legal e humanístico abriu novas perspectivas embora tenhamos plena consciência de que ainda há muito a fazer. O Instituto Benjamin Constant encontra-se no Rio de Janeiro; busca cumprir seu papel, ampliando seu raio de ação. Entretanto, o Brasil revela pontos nevrálgicos a serem atacados. A acessibilidade não pode ser vista apenas pelo ângulo da Lei, mas dentro de uma visão humanística que revele a verdadeira essência do direito.

3.6-Organograma Funcional



QUADRO – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DIRETOR GERAL	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e serviços do IBC, através dos departamentos, fazendo com que haja uma unidade entre as partes para que se efetive de fato as condições de dirigibilidade; representar o IBC na forma da legislação vigente.	João Ricardo Melo Figueiredo	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2016 a 31/12/2016
DIRETOR DO DEPARTAMENTODE EDUCAÇÃO- DED	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades técnico-pedagógicas promovendo a ascensão intelectual, social do educando, oferecendo-lhe a oportunidade de vivenciar a arte, a cultura, o esporte e o lazer formando assim, um indivíduo integral.	Paulo Augusto da Costa Rodrigues	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2016 a 31/12/2016 a
DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO- DTE	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de produção braile, material para baixa visão, material didático especializado; disseminação do conhecimento (estudos e pesquisas na área da deficiência visual); capacitação dos servidores técnico-administrativos e docentes do IBC, no Programa de Capacitação, bem como Professores e profissionais que atuam em todo o país no campo da deficiência da visão.	Ana Luisa Mello de Araújo	Técnico em Assuntos Educacionais	01/01/2016 a 31/12/2016

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PESQUISAS MÉDICAS E REABILITAÇÃO DMR	E - Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades atinentes ao processo de reabilitação de jovens e adultos; promover ainda o atendimento ao surdocego, inserindo-o, o mais possível, na família e na sociedade oferecer atendimento oftalmológico ambulatorial e cirúrgico através de campanhas no Programa de Prevenção à cegueira; possui uma residência Médica credenciada pelo MEC formando a cada ano, 06 Especialistas em Oftalmologia; ofertar cursos de capacitação profissional, inclusive, o Curso Técnico em Massoterapia.	Rosane de Menezes Pereira	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2016 a 31/12/2016 a
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-DPA	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas de pessoal, financeiras, patrimônio, licitações, manutenção e obras.	Maria Odete Santos Duarte	Assistente em Administração	01/01/2016 a 31/12/2016

3.7- Macroprocessos Finalísticos

No quadro abaixo apresentamos os principais macroprocessos finalísticos do IBC, cujo objetivo é ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual, buscando através de formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

Quadro – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ENSINO	Processos de ensino aprendizagem; Melhoria da qualidade da gestão de ensino; Desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de projetos pedagógicos; Promoção de formas alternativas de ensino	Estimulação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).	Alunos	Departamento de Educação -DED
	Curso técnico em massoterapia;	Capacitar e promover sua reinserção na sociedade e no mundo do trabalho	Alunos Reabilitandos e Surdocegos	Departamento de Estudos e Pesquisas
	Promoção de atividades de reabilitação de jovens e adultos com deficiência visual e surdocegueira;			Médicas e de Reabilitação-DMR

<p>EXTENSÃO</p>	<p>Qualificação dos profissionais docentes e técnicos, em nível nacional, nas áreas voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência visual</p> <p>Promoção e integração das diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento de cursos de formação;</p> <p>Promoção de ações de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocegueira</p>	<p>Qualificação do Profissional para atender ao alunado com deficiência visual promovendo sua inclusão educacional e social</p> <p>Capacitar e promover sua reinserção na sociedade e no mundo do trabalho</p>	<p>Professores e Profissionais do IBC e das redes de Educação Básica</p> <p>Alunos Reabilitandos e Surdocegos</p>	<p>Departamento Técnico Especializado -DTE</p> <p>Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação-DMR</p>
------------------------	--	--	---	---

<p>PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO</p>	<p>Apoio às atividades de pesquisa para manutenção de programas, projetos e grupos de Pesquisa;</p> <p>Especialização na área educacional (pós-graduação lato sensu) ;</p> <p>Incentivo ao desenvolvimento de redes de pesquisa;</p> <p>Produção e divulgação de estudos e pesquisas científicas, na área da deficiência visual</p> <p>Disseminação da cultura e busca de registro de patentes</p> <p>Implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica</p> <p>Especialização na área oftalmológica (residência médica).</p>	<p>Capacitação profissional, disseminação do conhecimento, a busca de novos caminhos e mecanismos pedagógicos e linhas de pensamento na área da educação inclusiva;</p> <p>Capacitação de especialistas atuando na prevenção à cegueira</p>	<p>Professores e Profissionais do IBC e das redes de Educação Básica e Superior</p> <p>Médicos residentes</p>	<p>Departamento Técnico Especializado-DTE</p> <p>Departamento de Estudos e Pesquisas</p> <p>Médicas e de Reabilitação-DMR</p>
--	--	---	---	---

4- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1- Planejamento Organizacional

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IBC encontra-se em fase de finalização, adequando-o, verdadeiramente aos anseios e necessidades do público atendido por esta instituição, observando a crescente demanda proveniente das mudanças que se fazem cada vez mais vertiginosas em nossa sociedade. A diversidade de competências, inserida no Regimento Interno, faz com que tenhamos um largo espectro de interesses, atendimentos e serviços, que vai desde o atendimento à Estimulação Precoce, da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental I e II, processo de reabilitação de jovens e adultos, promove a prevenção da cegueira, viabiliza a produção de conhecimento, dissemina métodos e técnicas de ensino, produz impressos em Braille, formato ampliado e material didático especializado, capacita profissionais na área da deficiência da visão, presta assessoria tecnicopedagógica, promove e incrementa pesquisas nas áreas educacional, reabilitacional, artístico-cultural, esportiva e oftalmológica, entre muitos outros atendimentos e serviços. Através do PDI, temos o desenho do perfil de uma instituição multifacetada cujo pioneirismo, em várias áreas, proporciona a inclusão da pessoa com deficiência visual no Sistema Educacional Brasileiro, tornando-o uma referência nas questões concernentes à deficiência visual.

O Instituto Benjamin Constant guarda em si a história da Educação Especial não só do Brasil, mas da América Latina. Sua relevância não está circunscrita ao município do Rio de Janeiro, mas tem reconhecimento nacional e internacional.

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de ensino seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual em todo o País. Vale ressaltar que o IBC dentro de suas competências regimentais realiza: ações de produção e distribuição de material especializado para todo o território Nacional e países de língua portuguesa, cursos itinerantes de capacitação de professores e profissionais da área de educação em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e promove campanhas de prevenção à cegueira junto as escolas do Estado do Rio de Janeiro. A Direção do IBC incentiva, através da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, os servidores a se capacitarem através dos diversos cursos nas áreas de interesse da instituição, visando o melhor desempenho de suas atividades laborais.

4.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Plano de atuação elaborado para o exercício de 2016 foi construído baseado nos seguintes objetivos e metas: • Atingir as metas físicas e financeiras estipuladas no PPA 2016/2019.

- Reestruturar nossas competências regimentais, a partir da reformulação de nosso Regimento Interno, em andamento.
- Ampliar as parcerias com Instituições Públicas e Privadas;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas a ampliação e adequação, em âmbito nacional, das possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência da deficiência visual na população brasileira;
- Produzir material especializado, impressos em Braille e formato ampliado, apoiando o processo educacional e a inclusão da pessoa com deficiência visual em todo território nacional;

- Produzir e distribuir publicações técnico-científicas, disseminando o conhecimento na área da deficiência visual, com o objetivo de dar maior qualidade ao atendimento educacional especializado oferecido à pessoa com deficiência visual, em todas as esferas.
- Promover e desenvolver pesquisas no âmbito de todas as áreas de atuação do IBC.

4.1.2 – Estágio de implementação do planejamento estratégico

Para atender as demandas e necessidades da sociedade contemporânea, que, cada vez mais, torna-se mais competitiva e tecnológica, este Plano visa conter propostas de ampliação e faz projeções que poderão cobrir as várias possibilidades apontadas no conjunto das ideias desenvolvidas neste planejamento estratégico que é educar, reabilitar, capacitar, disseminar o conhecimento, incrementar a pesquisa, produzir e distribuir material especializado além de prevenir as causas da cegueira.

4.1.3 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento estratégico está vinculado as competências de nossa instituição apresentadas abaixo e seus desdobramentos:

- MISSÃO:** Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa com deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e igualitárias de um efetivo exercício da cidadania.
- VISÃO:** Exercer e ampliar suas finalidades como Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na pesquisa, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.
- OBJETIVOS:**
 - Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual.
 - Oferecer formação de recursos humanos, estudos e pesquisas na área da deficiência visual
 - Promover campanhas para a prevenção às causas da cegueira
 - Ofertar a sociedade atendimento oftalmológico ambulatorial e cirúrgico, visando a diminuição da incidência de deficiência visual na população.

4.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.

Os resultados são aferidos através das metas alcançadas nas ações do PPA nos relatórios apresentados pelos Departamentos.

Os objetivos estabelecidos no PPA do IBC são: Ensino, Reabilitação, Pesquisa, Capacitação de Recursos Humanos, Difusão da Informação, Prevenção às Causas da Cegueira, Construção da Consciência acerca das questões atinentes a Deficiência Visual e suas implicações educacionais, culturais, sociais e humanas, Produção de Material Especializado e de Textos Impressos no Sistema Braille e formato ampliado.

Para mensurar os resultados alcançados nas ações gerais e específicas o IBC utiliza indicadores de desempenho, que serão demonstrados no item 4.8 bem como ferramentas de controle e verificação apresentados pelos departamentos através dos relatórios.

4.3 – Desempenho orçamentário

O IBC não tem gerência sobre os Programas Orçamentários, somente nas 03 ações que serão apresentadas a seguir. Antes de entrar em detalhes sobre a execução orçamentária e financeira um breve relato do Orçamento recebido por esta Unidade nos últimos 06 (seis) anos.

Recursos	2011	2012	2013	2014
LOA+Suplemento	57.365.796	63.947.072	61.370.306	77.881.890
Empenhado	54.784.376	55.275.067	60.505.502	69.427.541

Recursos	2015	2016
LOA/Suplemento	83.056.878	84.672.337
Empenhado	76.973.013	83.224.137

Podemos observar um crescente aumento nos créditos recebidos, através do LOA/PROA, bem como suplementação recebidas, se compararmos de 2011 para 2016 houve uma variação de 47,60% sobre 2011, e crescente de um ano para outro 2011-2012 de 11,47%; de 2012-2013 de (-)04,03%; de 2013-2014 de 26,90%; de 2014-2015 de 06,64% e 2015-2016 de 01,94%.

Os valores empenhados, quase atingiram suas metas totais, porém, de acordo com as próprias LDOs e LOAs, em todos os exercícios houve contingenciamentos, apesar das variações ocorridas, conforme demonstrado, tolindo totalmente o planejamento da Unidade.

4.3.1 - Execução física e financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.
Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	20RI	Tipo:	Atividade
Descrição:	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.		Código: 1007
Programa:	Educação de qualidade para todos	Código:	2080
		Tipo:	Temático
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2016

Execução Orçamentária e Financeira									
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro		Dotação			Despesa			2016	
		<i>Inicial</i>	<i>Reprogram.</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
		25.492.706	0	25.479.076	24.544.812	18.604.976	18.360.428	244.549	5.939.836
Execução Física da Ação - Metas									
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>			<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>		
Estudante matriculado		unidade			859,0	0,0	827,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores									
2016	Vr. <i>Liquidado</i>	Vr. <i>Cancelado</i>	<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Realizado RAP</i>		
0	0	0	Estudante matriculado		unidade		0,0		

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessa instituição. Assistência ao educando, aquisição, adaptação, produção e distribuição de material didático-pedagógico especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.

Foram vários fatores que dificultaram o atingimento das metas estabelecidas no PPA.

Tivemos a falta de créditos orçamentários para a emissão de novos empenhos de serviços e aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como a não liberação de créditos financeiros que nos permitissem honrar os compromissos anteriormente assumidos, gerando, assim, prejuízos significativos no desenvolvimento de nossas ações institucionais.

Apesar da mudança ocorrida no Programa 2030 – Educação Básica, para 2080 – Educação de Qualidade para todos, em 2016, e sendo por esta razão, não há Restos a Pagar de Exercícios Anteriores computados.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	00P1-Apoio à Residência em Saúde	Tipo:	Atividade
Descrição:	Desenvolvimento dos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de financiamento de bolsas aos residentes, com objetivo de proporcionar aos profissionais da saúde, por meio de treinamento em serviço, melhor qualificação nas especialidades da área da saúde, visando à melhoria no atendimento à população. Todos os programas devem autorizados, reconhecidos e renovado reconhecimento, bem como avaliados pelas respectivas Comissões Nacionais de Residência Médica (CNRM) e Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e os residentes selecionados por meio de edital público, conforme a legislação vigente.		
Iniciativa:	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.		
Objetivo:	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Código:	1007
Programa:	Educação de qualidade para todos	Código:	2080
		Tipo:	Temático
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro		Dotação		Despesa			2016	
		Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado
		1.039.032,00	0	1.039.032,00	1.025.514,42	1.025.514,42	1.025.514,42	0
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta		Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Profissionais da Área Profissional da Saúde		unidade			22	22	22	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2016	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida		Realizado RAP	
0	0	0	Profissionais da Área Profissional da Saúde		unidade		0,0	

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Houve uma alteração no Programa da Ação Apoio à Residência em Saúde. Em 2015 o Programa era o 2032, Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Em 2016 passou a fazer parte do Programa 2080 Educação de Qualidade para Todos. Acreditamos que com a mudança essa Ação não foi incluída no sistema. Mas a incluímos nesse Relatório.

Identificação da Ação			
Código:	4572	Tipo:	Atividade
Descrição:	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2016

Execução Orçamentária e Financeira									
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro		Dotação			Despesa			2016	
	<i>Inicial</i>	<i>Reprogra m.</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhad a</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>	
	420.275	0	420.275	174.530	59.668	59.668	0	114.862	
Execução Física da Ação - Metas									
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>			<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>		
Servidor capacitado		unidade			240,0	0,0	100,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores									
56.494	37.176	0	Servidor capacitado		unidade	145,0			

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial

Ação de responsabilidade civil com indenização por danos morais e materiais – Processo nº 0020155-50.2003.4.02.5101 – 20ª VF/RJ.

Pensão implantada através do processo 23000.005765/2012-83 – Ministério da Educação – data da abertura 26/04/2012

Sra. Lucia Oliveira Lima – cirurgia de catarata
02 salários mínimos mensais
Valor pago em 2016 – R\$ 19.280,00

4.3.2 – Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Foram vários fatores que dificultaram o atingimento das metas estabelecidas no PPA.

Tivemos a falta de créditos orçamentários para a emissão de novos empenhos de serviços e aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como a não liberação de créditos financeiros que nos permitissem honrar os compromissos anteriormente assumidos, gerando, assim, prejuízos significativos no desenvolvimento de nossas ações institucionais.

Observando-se o quadro desfavorável, não tivemos resultados mais negativos pelo empenho e esforço de nossos servidores e funcionários que garantiram a continuidade dos serviços oferecidos, seja na educação ou reabilitação, de alunos e reabilitandos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o atendimento aos alunos deficientes visuais de todo o Brasil, seja na disseminação do conhecimento e na produção e distribuição de material técnico pedagógico especializado.

4.3.3 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Esta Unidade, não está autorizada a proceder qualquer atividade que não venha a ter créditos, ou seja, não podemos nos comprometer a qualquer despesa, sem os respectivos créditos orçamentários, em qualquer de sua fase, ou seja, aquisição, serviços e outros.

Esta Unidade, não possui autonomia, ou seja, é de administração direta, e vinculada ao MEC, onde executamos apenas ações a nós pertinentes, sendo todos os Programas proposto pelo próprio Ministério da Educação.

4.3.4 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Ano de inscrição	Restos a Pagar Processados - Montante em 1º de janeiro de 2016	Restos a Pagar Processados - Pagos	Restos a pagar processados - Cancelados	Restos a Pagar Processados - Saldo a pagar 31/12/2016	Restos a Pagar Não Processados - Montante em 1º de janeiro de 2016	Restos a Pagar Não Processados - Liquidados	Restos a Pagar Não Processados - Pagos	Restos a Pagar Não Processados - Cancelados	Restos a Pagar Não Processados - Saldo a pagar 31/12/2016
2010	16.100,00	16.100,00		0,00					
2011					2.344.562,85				2.344.562,85
2012					1.572.089,23	20.790,77	20.790,77		1.551.298,46
2013	94.511,81		4.475,25	90.036,56	1.587.704,82	89.507,49	89.507,49	131,96	1.498.065,37
2014	32.854,65		2.617,26	30.237,39	3.656.520,33	372.513,17	372.513,17		3.284.007,16
2015	696.869,97	110.464,92		586.405,05	4.909.200,99	3.417.857,38	3.181.777,74		1.727.423,25
	840.336,43	126.564,92	7.092,51	706.679,00	14.070.078,22	3.900.668,81	3.664.589,17	131,96	10.405.357,09

Estamos buscando cada vez mais restringir ou deixar em Restos a Pagar, porém, o contingenciamento tem sido fator Impeditivo de honrarmos os pagamentos dentro dos prazos devidos.

4.4 Execução descentralizada com transferência de recurso

O IBC não executou nenhuma descentralização com transferência de recursos no exercício de 2016.

4.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise da prestação de contas – Não se aplica ao IBC.

4.5 – Informações sobre a execução das despesas

4.5.1 Despesas por modalidade de contratação

Métrica	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)			
	31		34	
Item Informação	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)		DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	
Modalidade de Contratação	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	10.815.215,48	14.035.622,83	10.583.583,60	14.007.999,14
c) Concorrência	108.884,70	1.923.514,35	108.884,70	1.920.284,16
d) Pregão	10.706.330,78	12.112.108,48	10.474.698,90	12.087.714,98
2. Contratações Diretas (h+i)	6.996.326,25	4.324.450,37	6.983.530,35	4.254.163,87
h) Dispensa	6.720.457,01	4.024.544,33	6.707.661,11	3.954.257,83
i) Inexigibilidade	275.869,24	299.906,04	275.869,24	299.906,04
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	54.831.229,54	50.466.269,72	54.807.039,69	49.872.332,56
k) Pessoal	54.761.461,48	50.370.816,46	54.737.271,63	49.776.879,30
l) Diárias	69.768,06	95.453,26	69.768,06	95.453,26
5. Outros	4.526.667,86	3.241.334,45	4.526.547,07	3.236.311,83
6. Total (1+2+3+4+5)	77.169.439,13	72.067.677,37	76.900.700,71	71.370.807,40

Podemos verificar que a incidência maior das nossas contratações foram realizadas através da modalidade Pregão., pois é mais precisa e rápida; quanto as modalidades Dispensa e Inexigibilidade não há como deixarmos de utilizá-las, uma vez que, nelas estão nossas despesas de luz, água, esgoto, gás e Imprensa Nacional.

4.5.2 Despesas por grupo e elementos de despesa

Exercício		2016				2015			
Natureza Despesa		Despesa Executada	Despesa Paga	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	Despesa Executada	Despesa Paga	DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	18.532.010,46	18.531.870,50	139,96	18.532.010,46	18.290.625,43	18.290.625,43	0,00	18.290.625,43
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	9.026.978,57	9.026.978,57	0,00	9.026.978,57	8.336.443,17	8.336.443,17	0,00	8.336.443,17
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	52.759,26	52.759,26	0,00	52.759,26	40.068,08	40.068,08	0,00	40.068,08
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.217.347,39	22.193.297,50	24.049,89	22.217.347,39	19.767.641,85	19.756.555,58	11.086,27	19.767.641,85
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.961,01	6.961,01	0,00	6.961,01	10.960,46	10.960,46	0,00	10.960,46
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS					2.691,24	2.691,24	0,00	2.691,24
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.165,75	523.165,75	0,00	523.165,75				
319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS					6.183,91	6.183,91	0,00	6.183,91
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	4.402.239,04	4.402.239,04	0,00	4.402.239,04	3.916.202,32	3.333.351,43	582.850,89	3.916.202,32
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	141.106,59	141.106,59	0,00	141.106,59	79.297,32	79.297,32	0,00	79.297,32
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	69.768,06	69.768,06	0,00	69.768,06	95.453,26	95.453,26	0,00	95.453,26
339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.143.106,71	1.047.390,77	11.649,98	1.059.040,75	1.233.000,95	902.614,62	0,00	902.614,62
339032	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	46.978,10	34.432,29	1.962,00	36.394,29	49.700,00	45.834,88	0,00	45.834,88
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	91.689,52	9.915,73	0,00	9.915,73	167.332,93	85.500,26	0,00	85.500,26
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	138.440,86	137.790,86	0,00	137.790,86	38.534,76	29.434,76	0,00	29.434,76
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	16.589.812,86	14.029.199,68	231.000,80	14.260.200,48	14.117.881,28	12.606.777,13	0,00	12.606.777,13
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	3.564.237,13	2.326.519,89	1.777,00	2.328. 296,89	3.347.814,87	2.204.155,31	94.680,00	2.298.835,31

339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.524.070,70	1.524.070,70	0,00	1.524.070,70	1.245.481,63	1.245.481,63	0,00	1.245.481,63
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.759,56	1.759,56	0,00	1.759,56	1.721,66	1.721,66	0,00	1.721,66
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	840.585,66	840.585,66	0,00	840.585,66	751.902,44	751.902,44	0,00	751.902,44
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	451.446,18	451.446,18	0,00	451.446,18	417.708,83	417.708,83	0,00	417.708,83
339059	PENSOES ESPECIAIS	19.280,00	19.280,00	0,00	19.280,00	18.912,00	18.912,00	0,00	18.912,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	591.775,46	591.654,67	120,79	591.775,46				
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	597.473,74	595.837,74	0,00	595.837,74	522.747,16	517.683,84	5.022,62	522.706,46
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	210.000,00	38.630,64	0,00	38.630,64	128.665,00	104.442,43	0,00	104.442,43
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	184.928,76	184.928,76	0,00	184.928,76	165.418,45	165.418,45	0,00	165.418,45
449051	OBRAS E INSTALACOES	841.520,61	108.884,70	0,00	108.884,70	3.388.011,22	1.920.284,16	3.230,19	1.923.514,35
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	638.081,57	42.808,89	0,00	42.808,89	882.313,02	447.140,00	0,00	447.140,00
		83.447.523,55	76.933.283,00	270.700,42	77.203.983,42	77.022.713,24	71.416.642,28	696.869,97	72.113.512,25

As despesas com pessoal tem maior relevância, devido as nomeações ocorridas em 2014 e 2015, bem como, as alterações decorrentes do plano de cargos e salários, adotadas pelo próprio governo. Em despesas correntes, houve um aumento representativo, porém, apesar do contingenciamento orçamentário, é decorrente dos contratos efetuados em 2014, bem como as variações decorrentes dos mesmos, em processos de reajustes e de novas contratações. Em despesas de capital e investimento, não houve grande variação, por esta unidade ter adquirido somente o necessário, tendo em vista, os projetos para melhoria e obras, bem como modernização da informática, estarem ainda em estudo, e o grande contingenciamento que vem sofrendo a Unidade, impossibilitando assim a sua execução.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Recursos

Conta Corrente	Saldo Atual - R\$
08088541000125	23.775,78
29000841000180	564.823,13
60444437000146	45.739,72
61074175000138	244,84
SEM INFORMACAO	520.725,60

Estes por sua vez, não se enquadram necessariamente como passivos por insuficiência de recursos, uma vez que, durante o exercício de 2016, consignava crédito para este fim, e são constantes do PPA, ocorrendo apenas que não houve tempo hábil para a emissão de empenho, e em certos casos, reforço.

Neste sentido, foram enquadrados nos termos do art.42, da Lei 4.320/64, como exercícios anteriores.

Resumo de todos os gastos realizados por esta Unidade no exercício de 2016:

- Pessoal.....	R\$54.761.461,48
- Custeio.....	R\$23.239.739,96
- Auxílios.....	R\$ 2.698.539,46
- Pensão judicial.....	R\$ 19.280,00
-Residência médica.....	R\$ 1.025.514,42
- Investimento.....	R\$ 1.479.602,18.....R\$83.224.137,50
-Destaque do FNDE/MEC.....	R\$ 223.386,05
Total Geral.....	R\$83.447.523,55

4.6- Suprimento de Fundos Contas Bancárias tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

O IBC não executou Suprimento de Fundos no exercício e não possui Cartão de Pagamento do Governo Federal.

4.7 – Desempenho Operacional

O desempenho operacional do ano de 2016 teve como ponto positivo o atingimento satisfatório de algumas metas, diretamente ligadas aos três macroprocessos finalísticos: ensino, pesquisa e extensão.

Contrariamente, algumas dificuldades foram sentidas a partir do contingenciamento orçamentário que prejudicou o pleno desenvolvimento de ações em curso, bem como de outras ações pretendidas para a ampliação de projetos imprescindíveis à ampliação de nossas competências institucionais. As dificuldades referidas estão atreladas, também, à falta de um corpo técnico administrativo qualificado que sirva como aporte para o atendimento de nossas premissas em diversas áreas como a financeira, a gestão de pessoas e a tecnologia da informação, entre outras; carência que trava o melhor funcionamento da instituição.

4.8 – Renúncia de Receitas

Não se aplica. O IBC é um órgão da administração Direta do MEC.

4.9 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Temos buscado melhorar a consistência dos nossos indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar, considerando a especificidade da Instituição. São eles: números de alunos matriculados, evadidos, alunos alfabetizados, capacitação de servidores, capacitação de profissionais na área da deficiência visual, distribuição de materiais especializados, atendimento a alunos no curso técnico em Massoterapia e atendimentos oftalmológicos ambulatoriais e cirúrgicos na prevenção da cegueira.

> Índice de Gasto Total

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto Definições: Gasto

Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na LOA para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário. Fórmula: índice de Gasto Total

Total de Gastos em R\$

Recurso Orçamentário

Responsável: Diretora do DPA

> Gasto Corrente por Aluno

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, em R\$

Definições: Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio. Aluno: Número de matrículas efetuadas. Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gastos Correntes por Aluno = $\frac{\text{Total de Gastos Correntes em R\$}}{\text{N}^\circ \text{ de matrículas efetuadas}}$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto Total por Aluno

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício. Aluno: Número de matrículas efetuadas. Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas. Fórmula: Gasto Total por Aluno = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{N}^\circ \text{ de matrículas efetuadas}}$

Nº de matrículas efetuadas

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto Total por Clientela Atendida Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$
Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas pelo Instituto. Alunos, visitantes de Instituições Públicas ou Privadas, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca,

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula: $\text{Gasto Total por Clientela Atendida} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{N}^\circ \text{ de Pessoas atendidas}}$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto por Ação (valor Orçamentário)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$. Ação: considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações ocorridas no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

Fórmula: $\text{Gasto por Ação (valor Orçamentário)} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}}$

Responsável: Diretor do DPA

> Gasto por Ação (valor disponibilizado)

Objetivo: Comparar o total de gastos realizados na Ação com o recurso efetivamente disponibilizado.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

$\text{Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado)} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$

Valor disponibilizado em R\$

Responsável: Diretor do DPA

> **Índice de Matrículas**

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições: Matrícula: total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela meta estabelecida.

Fórmula:

$$\text{Índice de Matrícula} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Alunos Matriculados} \times 100}{\text{Quantidade Prevista}}$$

Índice desejável - 100% da meta estabelecida

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

> Índice de Evasão

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Definições: Alunos Evadidos: total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados. Fórmula: índice de

$$\text{Evasão} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}}$$

Índice desejável - 0

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

> Índice de Alfabetização

Objetivo: Verificar o rendimento dos alunos.

Definições: Alunos Aprovados: total de alunos alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental/ Total de Alunos alfabetizados no 3º ano no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental pelo número de alunos matriculados do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

Fórmula:

$$\text{Índice de Alfabetização} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos alfabetizados no 3}^\circ \text{ ano do Ensino Fundamental} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados no 3}^\circ \text{ ano do Ensino Fundamental}}$$

Índice desejável – 100% dos alunos alfabetizados no 3º ano

Responsável: Diretor do DED

>Índice de alunos matriculados com múltipla deficiência da Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental.

Objetivo: Identificar o número de alunos cegos ou com baixa visão que apresentam outras deficiências.

Definições: Alunos matriculados com múltipla deficiência da Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do número de alunos matriculados com múltipla deficiência da Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental pelo número de alunos matriculados nestes seguimentos.

Fórmula:

Nº de alunos matriculados com múltipla deficiência da Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental. X 100

Nº de alunos matriculados

Índice desejável – 30 %

Responsável: Diretor do DED

> Índice de Servidores Capacitados (Geral)

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições: Servidor Capacitado: total de servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de servidores capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula: Índice de Servidores Capacitados = $\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$

Índice desejável: 100 % da meta estabelecida na Ação

Responsável: Diretor do DTE

>Índice de Avaliação das capacitações do Servidor

Objetivo: Quantificar percentualmente o número de avaliações com conceito geral excelente ou bom em relação ao número de avaliações recebidas, referentes as capacitações realizadas pelos servidores.

Definições: avaliar qualitativamente as capacitações realizadas

Método de cálculo: Divisão do número de avaliações com conceito excelente ou bom / número de avaliações recebidas.

Fórmula:
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de avaliações com conceito E ou B} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de avaliações recebidas}} =$$

Índice desejável: 70% de avaliações com conceito E ou B

Responsável: Diretor do DTE

> Índice de Capacitação de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes.

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de profissionais capacitados concluintes dos cursos e oficinas

Definições: total de profissionais concluintes.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de profissionais concluintes pelo número de profissionais inscritos

Fórmula:
$$\frac{\text{Índice de profissionais concluintes nos cursos e oficinas realizados pelo IBC} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de inscritos}} =$$

Índice desejável: 70 % de concluintes

Responsável: Diretor do DTE

> Índice de Distribuição de Materiais Especializados – formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de pedidos atendidos pela DIB e DPME

Definições: total de pedidos atendidos.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: divisão do número de pedidos atendidos pelo número de pedidos recebidos

Fórmula: = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de pedidos atendidos}}{\text{N}^\circ \text{ de pedidos recebidos}} \times 100$

Índice desejável: 80 % de pedidos atendidos

Responsável: Diretor do DTE

>Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico

Objetivo: Quantificar os procedimentos cirúrgicos de catarata realizados com sucesso.

Definições: Realização de cirurgias de catarata: total de cirurgias de catarata realizadas com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias de catarata realizadas.

Fórmula: índice de Atendimento Cirúrgico = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de cirurgias de catarata realizadas com sucesso}}{\text{N}^\circ \text{ de cirurgias de catarata realizadas}} \times X$

Índice desejável pela CBO: 82,7% para intercorrências cirúrgicas

Responsável: Diretor do DMR

>Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial

Objetivo: Evidenciar percentualmente o atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos, funcionários e à comunidade com indicação cirúrgica.

Definições: Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas: meta estabelecida, no período, para atendimento aos alunos, funcionários e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela meta estabelecida.

Fórmula: índice de Atendimento Oftalmológico = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Consultas realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de consultas estabelecidas}} \times 100$

Índice desejável – 100% da demanda

Responsável: Diretor do DMR

Índice de Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos no 4º período do Curso Técnico em Massoterapia, em parceria com IFRJ, que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho.

Objetivo: Qualificar para o mercado de trabalho os alunos jovens e adultos concluintes no Curso Técnico em Massoterapia

Definições: Alunos jovens e adultos concluintes no Curso Técnico em Massoterapia: total de matrículas efetivadas pela Divisão de Reabilitação

Quantidade de alunos aprovados: meta estabelecida, no período de seis meses, para atendimento aos alunos jovens e adultos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia

Tipo: Eficácia/inclusão social/mercado de trabalho

Método de cálculo: Divisão do N° total de alunos aprovados no 4º período pelo N° de alunos matriculados no 4º período

Fórmula:
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de alunos aprovados no 4}^\circ \text{ período}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados no 4}^\circ \text{ período}} \times 100$$

O índice desejável – 100 % aprovados

Responsável: Diretor do DMR e Coordenação CTA

Cálculo dos Indicadores

Base de Cálculo: dados do ano de 2016

Índice de Gasto Total = 98,28%

Gasto Total: R\$ 83.224.137,50

Recurso Orçamentário: R\$ 84.672.337,00

Gastos Correntes por Aluno = aluno/ano - R\$ 28.101,25

Gastos Correntes: R\$ 25.239.739,96

N° de Matrículas: 827

Gasto Total por Aluno = aluno/ano – R\$ 29.890,37

Gasto Total: R\$ 24.719.342,34

N° de Matrículas: 827

Gasto Total por Clientela Atendida = clientela/ano - R\$ 333,37

Clientela Atendida: 827 alunos, 9.364 clientes da Oftalmologia, 7.000 usuários da biblioteca e 850 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes = 18.041

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 2080 - Educação de Qualidade para Todos

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica 123680203020RI0033 -

Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Indicador: Índice de gasto com Ações:

Gasto/Previsto: 95,44%

Gasto Total: R\$ 24.719.342,14

Total de recursos Orçamentários: R\$ 25.899.351,00

Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do MEC

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de

Qualificação e Requalificação 12128210945720033 - Capacitação de Servidores

Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicador: índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: 41,52% Gasto Total: R\$ 174.530,13 Recurso

Orçamentário: R\$ 420.275,00

Programa 2080 – Educação de Qualidade em Saúde Ação 00P 1 -

Apoio a Residência em Saúde 12364208000P10001 - Apoio a Residência em Saúde

Indicador: índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica: Gasto / Previsto: 98,69%

Gasto Total: R\$ 1.025.514,42

Orçamentário: R\$ 1.039.032,00

Índice de Matrículas = 96,2%

Nº de alunos matriculados: 827

Quantidade prevista: 859

Índice de Evasão = 3,1%

Nº de alunos evadidos: 09

Nº de alunos matriculados: 290

Índice de Alfabetização= 87,5%

Nº de alunos alfabetizados: 21

Nº de alunos matriculados: 24

Índice de alunos matriculados com múltipla deficiência da Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental = 24,1%

Nº de alunos matriculados com múltipla deficiência da Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental: 70

Nº total de alunos: 290

Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 34,8%

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento / seminário: 100

Total de servidores do Instituto: 287

Índice de Avaliação das capacitações dos Servidores = 100%

Número de avaliações recebidas: 69

Número de avaliações com conceito E ou B: 69

Índice de profissionais concluintes nos cursos e oficinas realizados pelo IBC= 80%

Número de Inscritos: 1.406

Número de concluintes: 1.129

Índice de Distribuição de Materiais Especializados – formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro = 91%

Pedidos recebidos: 937

Pedidos atendidos: 857

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 100 %

Nº de cirurgias de catarata realizadas com sucesso = 623

Nº de cirurgias de catarata realizadas = 623

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 117%

Nº de consultas realizadas: 9.364

Nº de consultas previstas: 8.000

Índice de Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos aprovados no 4º período no Curso Técnico em Massoterapia que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho = 100 %

Número total de alunos concluintes = 14

Nº de matrículas efetivadas= 14

Programa	Ação	Indicadores	2015	2016
2 0 8 0 Educação Básica	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Gasto com Ação	81,11%	95,44 %
		Índice de Matrículas	86,2 %	96,2 %
		Índice de Evasão	3,7%	3,1%
		Índice de Alfabetização	-	43%
		Índice de Alunos matriculados com Múltipla Deficiência desde a Estimulação Precoce, PREA até o 1º ano do Ensino Fundamental	-	24,1%
		Índice de Profissionais concluintes nos Cursos e Oficinas realizados pelo IBC	-	80%
		Índice de distribuição de materiais especializados nos formatos braile, ampliado, tridimensionais, linguagem grafo tátil e audiolivro	-	91%
		Índice de Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos admitidos no Curso	-	37,8%

		Técnico em Massoterapia que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho		
2 1 0 9 Programa de Gestão e Manutenção do MEC	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Gasto com Ação	53,76%	41,52%
		Índice de capacitação de servidores	46,2%	34,8%
		Avaliação as capacitações dos servidores	-	100%
2 0 8 0 Educação de Qualidade para Todos	4 0 05 Apoio à Residência em Saúde	Gasto com Ação	100%	98,69%
		Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial	284,9%	117%
		Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico	83,9%	100%

Análise dos Indicadores de Desempenho

No exercício observamos o aumento do índice de matrículas (96,2%) se comparado com o ano anterior (86,2%) em decorrência da falta de atendimento especializado na rede regular de ensino, para dar conta das complexidades advindas de comprometimentos além da deficiência visual. Nosso alunado, nos últimos anos, vem apresentando vários comprometimentos na área intelectual trazidos por várias patologias e síndromes diferentes aliadas à deficiência visual, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem.

O índice de evasão sofreu uma redução em relação ao ano anterior. Contudo, ainda está presente no nosso dia a dia escolar por conta da escolha das famílias de uma oportunidade de estudo próxima as suas residências ou pela necessidade de alunos com idade mais avançada de entrarem no mundo do trabalho.

Entendemos que o processo de alfabetização concretiza-se até o terceiro ano do ensino fundamental. Decidimos aferir os alunos alfabetizados no último ano desse estágio. O resultado alcançado de 87,5%, retrata que não atingimos a meta de 100%. Este fato deve ser observado levando em consideração as dificuldades intelectuais de muitos de nossos alunos já mencionada anteriormente. Assim, o resultado alcançado mostra o sucesso das famílias, dos alunos e da equipe pedagógica do IBC.

Com o passar dos anos, observamos cada vez mais presentes alunos com múltipla deficiência. Esperávamos para o exercício um índice de 30% de alunos com estes comprometimentos nos anos iniciais. O resultado alcançado, 24%, mostrou a proximidade com o esperado, o que nos leva a discutir e implementar, cada vez mais, novas ações pedagógicas, afim de incluirmos estes indivíduos, alijados no sistema educacional.

Alcançamos a meta prevista, porém, não foi possível realizar um quantitativo maior de atendimentos oftalmológicos ambulatoriais, devido a paralisação das atividades do serviço médico desde março de 2016, a partir de uma determinação do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. No momento esse processo encontra-se no estágio de negociação com o MEC através da Secretaria Executiva e da Secretaria de Ensino Superior.

Quanto ao índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico ultrapassamos o índice previsto pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que é de: 82,7%, visto que não tivemos nenhuma intercorrência nas cirurgias de catarata.

Os resultados apresentados no Índice de Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos aprovados no 4º período no Curso Técnico em Massoterapia, que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho, ratifica o sucesso desta iniciativa do IBC em parceria com o Instituto Federal do Rio de Janeiro.

O índice de Avaliação das Capacitações do Servidor foi alcançado, demonstrando que as capacitações atenderam, a princípio, às expectativas dos servidores. Entretanto, o número de avaliações recebidas não corresponde ao número de servidores capacitados, pois nem todos os servidores entregaram a avaliação. A partir de 2017, outros mecanismos serão criados para tornar o referido processo mais efetivo.

A meta da Ação Capacitação dos Servidores não foi alcançada, pois está ainda em discussão a elaboração de uma nova política institucional de capacitação para os servidores do IBC, em que haja a participação dos vários setores – Direção Geral, Diretores de Departamentos, Chefes de Divisão, Divisão de Pessoal e DCRH, além dos servidores.

O Índice de Capacitação de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes foi superado, conclui-se, portanto, que a finalização do processo atendeu às expectativas. O índice de 70% foi fixado pelo motivo de que nos últimos anos há sempre desistências para os cursos e oficinas oferecidos.

O Índice de Distribuição de Materiais Especializados – formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro foi alcançado, porém sempre haverá um percentual de pedidos não atendidos, pois não são pertinentes como também estão fora da esfera produtiva desenvolvida pelo DTE.

5 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1– Descrição das estruturas de Governança

Na estrutura regimental do Ministério da Educação, Decreto 7690/12, Anexo I, capítulo II, art. 2º, inciso

II, letra g define o Instituto Benjamin Constant como órgão específico singular da administração direta. O Regimento Interno do IBC, no Capítulo VI, artigos 29, 30, 31, 32 e 33 define a composição e regulamenta as atribuições do Conselho Diretor, sendo o colegiado máximo da Instituição. O Conselho Diretor tem a seguinte composição: Diretor-Geral do IBC (presidente); Diretores dos departamentos ou seus substitutos legais, 1 Representante do Ministério da Educação, 1 representante dos servidores docentes ou o seu suplente, eleitos por seus pares, 1 representante dos servidores técnico-administrativos ou o seu suplente, eleito por seus pares e 1 representante da APAR - Associação de Pais, Amigos e Reabilitandos do IBC ou seu suplente, na qualidade de pai de aluno efetivo, eleito por seus pares.

O Conselho diretor também participa da elaboração do planejamento global da Instituição, acompanhando sua execução; opina sobre a proposta orçamentária a ser encaminhada à autoridade competente; normatiza a criação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de Pessoal Técnico-Administrativo (CIS-IBC) , aprovando seus regimentos internos e suas deliberações; e estabelece critérios para a realização de concursos públicos para o IBC, dentre outras atribuições.

O Instituto Benjamin Constant será dirigido por Diretor-Geral, os Departamentos por Diretor, as Divisões por Chefe, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente.

O Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, escolhido dentre os servidores do quadro do Instituto que detenham título de graduação superior e que estejam em efetivo exercício há, no mínimo, cinco anos.

Os ocupantes dos cargos e funções previstos no Regimento Interno poderão ser substituídos, em seus afastamentos e impedimentos regulamentares, por servidores por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

Ao Diretor Geral do Instituto Benjamin Constant incumbe: dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Instituto, decidir, após discussão no Conselho Diretor, sobre planos, programas, projetos e atividades do Instituto, gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do Instituto, assinar, em conjunto com o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração empenhos, ordens de pagamento e outros documentos correlatos, celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução

das finalidades do Instituto, ouvido o Conselho Diretor, controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente, baixar portarias, instruções, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das atividades do Instituto e representar o órgão na forma da legislação em vigor.

Ao Chefe de Gabinete incumbe: substituir o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais, assistir ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do Instituto, controlar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do Instituto, compatibilizar e coordenar a elaboração da programação anual do Instituto, propor, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação ou adequação de planos, programas e projetos e desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

O Diretor Geral conta ainda com os Órgãos de Assessoramento:

CPPD - A CPPD tem como função assessorar o colegiado competente e os dirigentes das instituições federais de ensino na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal voltada para os professores.

CIS - À Comissão Interna de Supervisão do Pessoal Técnico-Administrativo em Educação - CIS tem como competência acompanhar a execução e fiscalização do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em todas as suas etapas, propondo alterações para aprimorá-lo e orientando a área de pessoal da Instituição. A CIS também acompanha o processo de identificação dos ambientes organizacionais da IFE proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram, dentre outras atribuições.

Comissão Técnico Científica - A Comissão Técnico Científica tem como competência: avaliar os trabalhos técnico-científicos dos profissionais do Instituto Benjamin Constant com vistas a apresentações em eventos; estabelecer critérios e elaborar instrumentos de avaliação com o objetivo de padronizar o processo de análise e classificação dos trabalhos encaminhados à Comissão, além de registrar e arquivar os pareceres emitidos sobre eles.

Comitê de TI - O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) tem por finalidade o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

5.2- Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos

No ano de 2016 não foi instaurado nenhum Processo Administrativo Disciplinar relacionados à conduta dos servidores. O Processo nº 23119.000647/2014-13 está em andamento em fase conclusiva pela Comissão composta por membros indicados pelo MEC.

5.3 Gestão de riscos e controles internos

Quanto ao funcionamento dos controles internos do IBC precisa-se implantar outras ações para um efetivo controle que esperamos alcançar com o novo Regimento Interno, em fase de elaboração.

O Instituto Benjamin Constant, no momento, pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos e mensalmente convoca o Conselho Diretor para deliberarem sobre questões ligadas ao bom desempenho da Instituição.

Contamos ainda com a Comissão de Ética que promove reuniões periódicas de caráter educativo com os servidores do IBC como também a gestão dos fiscais nos contratos de serviços e de terceirização. O IBC conta ainda com uma dinâmica de documentos no controle do patrimônio.

O IBC por ser um Órgão da Administração Direta do MEC não tem Comissão de Auditoria Interna.

6- ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O IBC foi contemplado nos últimos anos, com um número satisfatório de docentes cuja titulação em vários níveis qualificou seu quadro efetivo. Em contrapartida, o corpo técnico administrativo continua altamente carente pelo volume reduzido de servidores como também na sua formação acadêmica. Diferentemente do corpo docente, o corpo técnico em sua grande parte já apresenta as condições legais para entrar com o pedido de aposentadoria, fato que poderá causar a Instituição um colapso em suas atividades.

Todas essas dificuldades trazem graves prejuízos à criação e ao estabelecimento de políticas de capacitação e outras políticas administrativas que nos prejudicam no cumprimento de muitas de nossas metas institucionais.

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	266	266	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	266	266	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	257	257	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	21	21	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	287	287	0	4

Fonte: SIAPE

Quadro – Distribuição da força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	34	253
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	37	253
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	232
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	34	253

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9	9	9
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	39	37	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	34	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	48	46	2	0

Fonte:

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencim entos e Vantag ens Fixas	Despesas Variáveis						Despe sas de Exerc ícios Anter iores	Decis ões Judi ciais	Total	
		Retrib uições	Gratifi cações	Adicio nais	Indeni zações	Benef ícios Assist enciai s e Previ denci ários	Dem ais Desp esas Vari áveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício s	20 16	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZER O	ZERO	ZER O	ZERO
	20 15	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZER O	ZERO	ZER O	ZERO
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercício s	20 16	13.454. 203,73	586.50 9,09	1.682.6 18,57	5.692.7 83,73	2.166.6 40,96	799.7 17,08	ZER O	ZERO	ZER O	24.614.937,0 2
	20 15	20.467. 680,67	554.18 2,07	1.412.8 25,52	1.542.4 60,47	1.863.9 07,11	788.1 48,23	10.96 0,46	4.303, 70	18.91 2,00	26.663.380,2 3
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercício s	20 16	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZER O	ZERO	ZER O	ZERO
	20 15	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZER O	ZERO	ZER O	ZERO
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício s	20 16	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZER O	ZERO	ZER O	ZERO
	20 15	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZER O	ZERO	ZER O	ZERO
Servidores cedidos com ônus											
Exercício s	20 16	42.579, 07	ZERO	3.659,5 5	1.156,2 5	7.231,7 2	1.134, 1	ZER O	ZERO	ZER O	55.760,69

	2015	41.294,76	ZERO	ZERO	1.101,19	6.177,68	5.500,38	ZERO	ZERO	ZERO	54.074,01
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
	2015	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO

Fonte: SIAPE

6.1.2 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.

Por longos anos sem que houvesse abertura de concurso público, como em outras Instituições, fomos obrigados a recorrer à contratação de pessoal por terceirização. Sabemos que essa modalidade de contratação não supre em definitivo as necessidades Institucionais, já que o quadro efetivo sofre deteriorização, pondo em risco as competências finalísticas e estratégicas da entidade. No caso específico do Instituto Benjamin Constant, temos cargos que, sujeitos a contratos que podem desfazer-se a qualquer momento, comprometeriam sua missão Institucional: transcritores e revisores de textos em Braille precisam estar contemplados em nosso quadro, já que a produção de livros e outros tipos de impressos nesse sistema, não atendem somente a sua comunidade interna, mas também a todo o Brasil.

Outro grave problema são os servidores técnico-administrativos, tanto os de nível médio como os de nível superior, buscam sistematicamente, ascensão profissional e melhores salários através de novos concursos. Assim, as poucas vagas que temos recebido nos últimos anos em concursos realizados, perdem-se, causando um círculo vicioso onde as carências, a cada dia, são aprofundadas. Tais servidores são fundamentais porque apoiam, em diferentes setores, as ações desenvolvidas pela Instituição.

Desde 2003, o Instituto Benjamin Constant pede autorização para abertura de concurso público para a criação de cargos que não constam em nosso quadro de servidores: fisioterapeutas, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas entre outros, que têm fundamental importância no processo educacional dos nossos alunos que na atualidade, mais e mais apresentam problemas no seu desenvolvimento global. Tal fato tira dessas crianças a possibilidade real de crescerem e se tornarem indivíduos verdadeiramente produtivos. A atuação desses profissionais é de alta relevância para apoiarem a ação docente. Nos últimos anos, temos lançado mão, mais uma vez, da terceirização para garantir esses atendimentos aos nossos alunos desde a Estimulação Precoce, passando pela Pré-Escola, Ensino Fundamental e o Programa de Deficiência Múltipla.

Finalmente, temos a falta no nosso quadro efetivo de alguns profissionais da área da saúde como médicos anestesistas, médicos em diferentes áreas da oftalmologistas, bem como em clínica médica, ortoptistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem que podem comprometer o andamento de nossa Residência Médica credenciada pelo MEC, bem como o desenvolvimento de nossas ações referentes à prevenção das causas da cegueira. Seria de suma importância que esses profissionais fizessem parte do nosso quadro efetivo de servidores.

Pelo exposto, percebemos que os fatores citados desestabilizam a estrutura da Instituição, visto que muitas vezes, profissionais de todas essas áreas são capacitados e pelos fatores já apontados, deixam a Instituição; tal fato se constitui, efetivamente, num grande risco de esvaziamento e queda na qualidade da prestação de seus serviços e atendimentos, de uma instituição que tornou-se por tudo isso Centro de Referência Nacional nas questões concernentes à Deficiência Visual.

6.1.3 Contratação de Pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de pessoal de Apoio

Reiterando a necessidade de abertura de concurso público ao MEC, já que nosso quadro se ressurte de cargos tanto em nível médio como superior, nas áreas meio e fim, continuamos recorrendo à contratação de pessoal através do processo de terceirização. Os cargos que mais comprometem o cumprimento de nossas competências regimentais são Transcritor de textos em braile, revisor de textos em braile e médico anestesiológico.

Ressaltamos que todos os cargos de terceirização são informados em planilha no site da CGU.

Contratação de estagiários

Em consequência do nosso reduzido quadro efetivo de servidores, só podemos contar com 49 vagas de estagiário, assim distribuídas: 25 de nível superior, 12 de nível médio e 12 de educação profissional e EJA.

A contratação de estagiários é feita a partir da demanda apresentada pelos Diretores de Departamento, dando suporte as ações e atividades desenvolvidas por esses mesmos departamentos.

Contratação de bolsistas

Em função da residência Médica credenciada pelo MEC desde 2001, temos 22 médicos residentes assim distribuídos: R1 – 06 ; R2 – 06 ; R3 – 06 e R4 – 04.

Abaixo apresentamos o quadro demonstrativo das despesas com as contratações dos estagiários e médicos residentes:

MÊS	ESTAGIÁRIOS		RESIDENTES
	BOLSA	AUX-TRANS	RET. RESIDÊNCIA
JAN	6760	1428	65477,72
FEV	6760		65477,72
MAR	9689,32	2580,73	71430,24
ABR	9810,66	4164,43	63989,59
MAI	12324,01	3996	84637,18
JUN	11687,72	2790	69939,03
JUL	11110,67	2172	69939,03
AGO	9360	1596	69939,03
SET	10746,67	2712	69939,03
OUT	9880	2112	69939,03
NOV	10539	2292	69939,03
DEZ	10452	2484	69939,03
TOTAL	119120,05	28327,16	840585,66
SOMATÓRIO ANUAL DE DESPESAS			988032,87

6.1.4 Contratação de Consultores, com base em projetos de cooperação técnica com os organismos internacionais-

Não houve contratação de consultores no exercício.

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT						
UG/Gestão: 152004/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, incluindo consertos e reparos (Oficiais de Manutenção e Auxiliares de Manutenção)	MRO SERVIÇOS LTDA – EPP (03.539.770 /0001-03)	27/06 /2011	26/06/ 2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	P
2012	Prestação de serviços de suporte operacional às atividades desenvolvidas no setor gráfico do Instituto Benjamin Constant (Oficial de Editoração Eletrônica de Texto, Oficial de Revisão Braille, Oficial Técnico em Manutenção de Impressoras Braille Computadorizada,	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545 /0001-43)	19/06 /2012	18/06/ 2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	P

	Oficial de Impressão Offset, Meio Oficial de Impressão Offset, Oficial de Impressão de Máquina de Esteriotipia Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Braille, Oficial de Impressão Termovácuo, Oficial de Impressão Braille Computadorizada, Oficial de Encadernação, Oficial de Operação de Guilhotina Automática, Oficial de Expedição e Almojarifado, Encarregado de Produção).					
2012	Contratação de serviços de Designer Instrucional.	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/06/2012	06/01/2017	Ensino Superior	P
2012	Prestação de serviços de suporte operacional às atividades desenvolvidas nos Departamentos de Educação e de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant (Assistente	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	08/10/2012	07/10/2017	Ensino Médio e Ensino Superior	P

	de Alunos, Bibliotecários e de Farmacêuticos).					
2014	Prestação de serviços continuados de secretariado e suporte operacional em diversas atividades e funções necessárias ao funcionamento de todos os Departamentos do Instituto Benjamin Constant – IBC (Lavadeira, Costureira, Contínuo, Salva-Vidas, Piscineiro, Operador de Som, Porteiro, Almojarife, Instrutor de Informática, Recreador, Recepcionista, Técnico em Secretariado).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/05/2014	02/09/2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	P
2014	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem e supervisão administrativa (Servente, Jardineiro, Operador de Roçadeira e Encarregado com Fornecimento de Materiais).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	11/09/2014	10/09/2017	Ensino Fundamental	P
2015	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas,	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E	07/10/2015	04/04/2016	Ensino Médio e Ensino Superior	E

	Fisioterapeutas, Massoterapeuta, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)				
2015	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de informática (Analista de Suporte de Redes, Analista Programador, Help Desk, Web Designer e Designers Gráficos).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2015	18/04/2016	Ensino Médio	E
2015	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de vigilância/segurança patrimonial, desarmada.	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2015	25/06/2016	Ensino Médio	E
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas, Fisioterapeutas, Massoterapeuta, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	05/04/2016	01/10/2016	Ensino Médio e Ensino Superior	E
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de informática (Analista de Suporte de Redes, Analista Programador, Help Desk, Web Designer	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	19/04/2016	15/10/2016	Ensino Médio	E

	e Designers Gráficos).					
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de vigilância/segurança patrimonial, desarmada.	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	26/06/2016	22/12/2016	Ensino Médio	E
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas, Fisioterapeutas, Massoterapeuta, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	02/10/2016	30/03/2017	Ensino Médio e Ensino Superior	A
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de informática (Analista de Suporte de Redes, Analista Programador, Help Desk, Web Designer e Designers Gráficos).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	16/10/2016	13/04/2017	Ensino Médio	A
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de vigilância/segurança patrimonial, desarmada.	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	23/12/2016	20/06/2017	Ensino Médio	A

LEGENDA

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

6.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

6.2.1 – Gestão da frota de veículos

Não temos frota terceirizada.

Nossos veículos são para uso institucional: os ônibus atendem nossos alunos em suas atividades culturais, os demais veículos atendem a Instituição em suas demandas, tanto pedagógicas quanto administrativas.

O quadro abaixo informa o uso, a idade média da frota e sua manutenção. A Divisão de Serviços Gerais mantém um controle rígido no uso e manutenção dos veículos, através de formulário próprio.

Nossa frota está em bom estado sem necessidade de substituição. Como o uso é restrito às atividades institucionais optamos pela aquisição em detrimento a locação, pois o custo é bem menor.

FROTA DE VEÍCULOS DO IBC REFERÊNCIA ANO 2016 / SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

QTD	PLACA	MODELO	COMBUSTIVEL	ANO	IDADE DA	KM	QTD	MÉDIA	GASTO TOTAL	DATA DA	MOTIVO DA REVISÃO	VALOR PAGO	LOCAL DA REVISÃO	SEGURO	SEGURADORA	VALOR DO
					FROTA	RODADOS	LITROS	ANUAL KM	C/	REVISÃO		NO SERVIÇO		OBRIGATÓRIO	DETRAN	SEGURO
1	LLA 5462	ONIBUS	DIESEL	2009	7 ANOS	1582	756,58	2,090988395	2.550,00					246,48	MAFRE	5.883,33
2	KNV 9703	ONIBUS	DIESEL	2009	7 ANOS	1685	491,65	3,427234822	1.710,00					246,48	MAFRE	5.587,53
3	KZY 0659	BESTA	DIESEL	2005	11 ANOS	15623	893,59	17,48340962	3.066,96					246,48	MAFRE	2.433,34
4	LKP 2814	RENAUT	FLEX	2008	8 ANOS	24223	1032,74	23,45508066	4295,32	05/11/2016	CONCERTO AR-CONDICIONADO REVISÃO 54.000 KM	2.894,00	AUTO PIN PIN	105,25	MAFRE	5.883,33
5	KPQ 9741	RENAUT	FLEX	2013	3 ANOS	3225	695,02	4,64015424	2.840,01	29/08/2016	01 BATERIA 60 HP MANUTENÇÃO KIT MULTIMIDIA	840,00	AUTO PIN PIN	105,25	MAFRE	2.531,33
6	LKZ 3745	KOMBI	FLEX	2009	7 ANOS	22155	1059,26	20,91554481	4.377,82	06/01/2016	TROCA FILTRO DE AR - FILTRO COMBUS JOGO DE VELAS - KIT INJE ELETRONICA LIMPEZA BICOS INJET - COD. CHAVE IGNCAO	1.078,00	AUTO PIN PIN	105,25	MAFRE	3.083,32
7	KMY 6420	PARATY	GASOLINA	2001	15 ANOS	22646	1157,87	19,55832693	4.722,06					105,25	MAFRE	2.531,66
MÉDIA DE KM RODADOS					KILOMETRAGEM / PELA QTD DE LITROS											
												ANO 2016		JAN	DEZ	KM ROD
												ONIBUS	LLA5462	7065	8647	1582
													KNV9703	8757	10442	1685
												LOGAN	LKP2814	39549	63772	24223
												LOGAN	KQP9741	4925	8150	3225
												BESTA	KZY0659	30305	45928	15623
												PARATY	KMY6420	97234	119880	22646
												KOMBI	LKZ3745	27562	49717	22155

6.2.2 –Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Por ser um órgão da administração direta do Ministério da Educação – MEC o Instituto Benjamin Constant segue as normas estipuladas pelo MEC.

No momento nossa frota está em bom estado apesar de alguns veículos terem mais de cinco anos de uso.

6.3– Gestão do Patrimônio imobiliário da União

Quadro distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1:	02	02
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

6.3.1 Imóveis sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	15/05/2013	18.281.040,33
152004	6001.03761.500-0	21	3	3.194.167,00	15/05/2013	3.194.167,00
Total						

Regime:

- | | |
|---|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega Estado de | 23 – Vago para Uso |

Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Retornar



Consulta Imóvel por UG

Menu

Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

Parâmetros da Pesquisa

Proprietário Oficial : **Todos**

UF : **Todas**

Situação : **Ativo**

Certificação : **Ambos**

UG : 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ

Total de Imóveis: 2	Valores em R\$	
	Terreno :	17.475.207,33
	Benfeitoria :	4.000.000,00
	Imóvel :	21.475.207,33

UF : RJ - Rio de Janeiro

Total de Imóveis: 2	Valores em R\$	
	Terreno :	17.475.207,33
	Benfeitoria :	4.000.000,00
	Imóvel :	21.475.207,33

Município : 6001 - RIO DE JANEIRO

Total de Imóveis: 2	Valores em R\$	
	Terreno :	17.475.207,33
	Benfeitoria :	4.000.000,00
	Imóvel :	21.475.207,33

RIP : 6001.03760.500-4

Avenida PASTEUR, 350
URCA
CEP 22290-250

	Valores em R\$	
	Terreno :	16.781.040,33
	Benfeitoria :	1.500.000,00
	Imóvel :	18.281.040,33

RIP : 6001.03761.500-0

Avenida PASTEUR, 368
URCA
CEP 22290-255

	Valores em R\$	
	Terreno :	694.167,00
	Benfeitoria :	2.500.000,00
	Imóvel :	3.194.167,00

Informações extraídas em 30/03/2017 17:05

Secretaria do Patrimônio da União

6.3.2 Informações sobre a estrutura física

Informações sobre a infraestrutura física

ÁREA DO IBC N° 368	m²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	2.869,70
Prédio Gabinete	266,77
Prédio Dept° Adm.	1.117,66
Guarita I	20,01
Subestação	30,09
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1.434,53

ÁREA DO IBC N° 350	m²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	34.329,17
Área Livre	
Piscina	350,00
Piscina Fisioterápica	112,00
Campo de Futebol	1.413,49
Estacionamento 1	2.915,45
Estacionamento 2	3.496,09
Estacionamento 3	5.552,47
Playground	5.097,03
Pátio Interno	3.703,16
ÁREA TOTAL LIVRE	22.639,67

ÁREA CONSTRUÍDA N° 350	m²
Prédio Principal	9.895,10
Cantina	1.296,27
Educ. Física e Coz. Indust.	571,43
Biblioteca	413,96
Prédio Imp. Braille	1.565,06
Ginásio M. Gonçalves	859,48
Garagem	202,50
Lavanderia	76,23
Lixeira	30,24
Casas de AVD	255,10
Vestiário	60,24
Casa de Bombas/1° socorro	47,64
Guarita 3	4,00

Casa Diesel	6,25
Casa Bomba	12,96
Depósito Gás DMR	2,88
Praça Ledores	33,64
Guarita 2	4,00
Nobreak 1	13,44
Nobreak 2	13,44
Subestação 500KVA	15,84
Casa de Bomb. Cisterna	12,96
Total	15.392,66

Área total do Terreno IBC (M²)	37.198,87
Porcentagem da área Livre (%)	59,00
Área total do terreno (M²)	34.329,17
Área Permeável (M²)	10.457,38
Taxa de ocupação (%)	45,00

Obs: Pelas medições em planta das áreas construídas e livres, a área total do terreno do IBC passaria dos 40 mil m². Devido a essas discrepâncias estabeleceu-se, por hora, uma média para aproximação da atualização ao valor que já constava no registro existente desde 1976 da última atualização no SPIUNET, uma vez que não possuímos nenhum registro preciso atual.

6.3.3 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

O prédio principal do IBC data de 1892, portanto tem 124 anos de uso, ao longo dos quais sofreu algumas intervenções: foram retirados alguns elementos; foram construídas no seu terreno outras unidades para atender as demandas da Instituição como Centro de Referência na área da deficiência visual.

Mantemos uma equipe de manutenção e no último concurso foi criado o cargo de Administrador de Edifícios que junto com o Coordenador de Manutenção e Obras, acompanha e orienta os serviços de prevenção, objetivando mitigar os riscos oferecidos pelo uso constante dos imóveis, que são tutelados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC

Desde 2003 e 2007 mantemos contratos de vigilância patrimonial e monitoramento por vídeo câmeras, respectivamente.

6.3.4 – Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O IBC tem um Convênio com a Secretaria de Estado de Educação, para o desenvolvimento de ações educacionais para jovens e adultos, por meio da cessão de espaço físico no IBC, para funcionamento do CEJA IBC, unidade escolar mantida pela SEEDUC, visando o atendimento à comunidade em geral, com prioridade aos deficientes visuais.

6.3.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros – Não se aplica ao IBC

6.4 – Gestão da Tecnologia da Informação

6.4.1 O IBC tem por **Instrumento Normativo**, no que diz respeito à TI, a *Política Geral de Informática* (em vigor desde 2010). Um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) ainda encontra-se em fase de elaboração.

O **Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)** do Instituto Benjamin Constant (IBC) tem por finalidade o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao disposto no Plano Plurianual (PPA).

COMPOSIÇÃO ATUAL (2016): O Comitê de TI do IBC é composto pelos seguintes servidores das áreas de Tecnologia da Informação e de Negócio da Instituição:

PRESIDÊNCIA:

- João Ricardo Melo Figueiredo (Presidente)
- Érica Deslandes Magno Oliveira (Substituta)
- Lorena Maria de Barros Pedrosa (Secretária)

ÁREA DE TI:

- Gerson Fonseca Ferreira (Chefe da CGI)
- Moacir de Jesus Gomes (Analista de TI)
- Michel Diniz da Silva (Técnico de TI)

ÁREA DE NEGÓCIO:

- Maria Odete Santos Duarte (Diretora do DPA)
- Paulo Augusto da Costa Rodrigues (Diretor do DED)
- Ana Luísa de Araújo (Diretora do DTE)
- Rosane Menezes Pereira (Diretora do DMR)

CONVIDADOS:

- Anderson de Oliveira Vallejo (Especialista em Informática Educacional)
- Jorge Fiore de Oliveira Junior (Especialista em Acessibilidade)

ATRIBUIÇÕES:

· Avaliar e rever a proposta para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do IBC (em anexo), bem como a elaboração da versão final desse documento;

- Participar da elaboração de novas soluções de TI, coordenando a formulação de propostas de políticas, diretrizes e estratégias de Tecnologia da Informação;
- Avaliar o alinhamento das propostas de novas soluções de TI às estratégias organizacionais;
- Definir prioridades para os projetos;
- Assegurar que são identificados todos os custos e benefícios nas propostas de novas soluções de TI;
- Aprovar a alocação de recursos orçamentários destinados à TI;
- Garantir que haja gestão de risco dos projetos;
- Acompanhar o progresso de projetos de TI relevantes, dentre outras responsabilidades;
- Encaminhar periodicamente aos órgãos de controle apropriados informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso da TI no âmbito do IBC;
- Participar da elaboração dos editais de concurso públicos pertinentes à área de TI
- Participar da elaboração dos Termos de Referência para futuras licitações na área de TI;
- Promover a adequada publicidade e transparência das informações.

REUNIÕES: O Comitê foi criado pela Portaria N 321, de 22/11/2016. Até o presente momento, ocorreu uma única reunião, em 06/12/2016, tendo como pauta:

- I – Apresentação do Comitê de TI;
- II – Aspectos da TI a serem trabalhados no Comitê de TI;
- III – A Tecnologia da Informação no IBC;
- IV – Assuntos Gerais.

6.4.2 Principais sistemas de Informações”

SigaEdu:

Objetivo: Administração escolar dos discentes do Instituto Benjamin Constant matriculados no curso de massoterapia.

Responsável Técnico: Moacir Gomes

Responsável pela área de negócio: Servidora Márcia Lins

Origem do Software: Software Público

Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

Sidoc

Objetivo: Administração de documentos eletrônicos administrativos.

Responsável Técnico: Moacir Gomes

Responsável pela área de negócio: Servidora Maria Odete Duarte

Origem do software: Software Público

Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

SysIBC- Sistema Integrado de Gestão e Controle – Controle de Patrimônio

Objetivo: Administração do ativos permanentes da Instituição.

Responsável Técnico: Moacir Gomes

Responsável pela área de negócio: Servidor Paulo Andrade Santiago

Origem do software: Desenvolvido pela Coordenação geral de Informática

Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

SysIBC- Sistema Integrado de Gestão e Controle - Registro e Controle Escolar

Responsável Técnico: Moacir Gomes

Responsável pela área de negócio: Ana Lúcia Oliveira da Silva

Objetivo: Administração acadêmica.

Origem do software: Desenvolvido pela Coordenação geral de Informática

Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

Sophia

Responsável Técnico: Hoover Diogo

Responsável pela área de negócio: Servidor Renan Tostes

Objetivo: Administração de reservas de Livros da biblioteca do Instituto Benjamin Constant.

Origem do Software: PRIMA (Empresa Terceirizada)

Manutenção do software: Realizada pela empresa contrata PRIMA

Não há um Plano de Capacitação formalmente instituído. Contudo, há o incentivo constante à capacitação de nosso pessoal de TI, e demais funcionários do IBC, através da proposição de cursos.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE TI REALIZADOS EM 2016:

Gerson Fonseca Ferreira (Chefe da CGI):

25/05-27/05 - Modelagem de Banco de Dados

04/10-24/10 - Sistema SEI - Usar

Michel Diniz da Silva (Técnico de TI):

07/11-11/11 - Teste de Invasão de Aplicações Web

e) Força de Trabalho:

Quantitativo de Profissionais da Área de TI	
Situação	Quantidade
Efetivo do Quadro Permanente	03
Efetivo Oriundo da Área de TI	02
Efetivo Contratado	04

Atualmente, não existem Processos de Gerenciamento de Serviços de TI formalmente instituídos.

Projetos:

○ **Implantação do Sistema SEI:** É uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que promovem a eficiência administrativa. Em fevereiro de 2016, o IBC solicitou sua adesão a este serviço, a fim de substituir o atual Sistema de Tramitação de Documentos - o SIDOC.

Para a implantação do SEI, foi feito o download do conteúdo disponibilizado no Portal do Software Público Brasileiro, o que serviu de ponto de partida para as seguintes ações:

- § Configuração das Máquinas Virtuais que darão suporte ao sistema;
- § Configuração da Base de Dados e do sistema.

O trabalho de implantação do Sistema SEI está em fase de finalização. Um teste, de usabilidade está previsto para abril de 2017. A entrada em produção do sistema deverá ocorrer no mês seguinte.

Cliente: Direção-Geral do IBC

Atores: *Michel Diniz da Silva e Hoover Diogo Ribeiro*

○ **Novo Site do IBC:** Este projeto tinha por finalidade a migração do atual Site do Instituto Benjamin Constant para o Modelo Padrão de Sites do Governo Federal.

O desenvolvimento do Novo Site do IBC se deu a partir das seguintes ações:

- § Download dos Templates
- § Customização dos Templates
- § Configuração das Máquinas Virtuais que hospedarão o Site e sua Base de Dados
- § Instalação e Configuração do Novo Site e da Base de Dados
- § Migração de Conteúdo do Site Atual para o Novo Site

Apenas a Migração de Conteúdo não foi finalizada em 2016.

Cliente: Direção-Geral do IBC

Atores: *Michel Diniz da Silva, Higor Ferreira Ortiz, Ronald de Melo Marques e Marília Estevão (CCMI)*

○ **Reestruturação do CPD:** Este projeto tinha por finalidade a substituição dos atuais servidores de rede, que rodam em máquinas do tipo “Estação de Trabalho”, que não são apropriadas para comportar serviços críticos de rede.

Foi concluída em 2016 a configuração dos seguintes Servidores:

- § Servidor de E-mail;
- § Servidor de Site.

Também em 2016 foi iniciada a configuração do novo Servidor de AD.

Em janeiro de 2017 foi concluída a configuração de Servidor de Antivírus.

Cliente: Coordenação Geral de Informática

Atores: *Hoover Diogo Ribeiro e Michel Diniz da Silva*

h) Serviços de TI prestados por Terceirizadas ao IBC:

- **Fornecimento de mão de obra.** Essa dependência somente pode ser mitigada aumentando-se o efetivo de servidores de TI no IBC.
- **Manutenção da Base de Dados SOPHIA.** Sem possibilidade de mitigação em função da limitação de nosso quantitativo de pessoal.

6.5 – Gestão ambiental e sustentabilidade

A Unidade segue na busca de implantar as boas práticas de uso dos recursos, admitiu por hora levar à cabo os critérios mais básicos de sustentabilidade ambiental para se manter no propósito enquanto aplica esforços na criação da política de sustentabilidade interna de forma a atender aos novos padrões de desenvolvimento institucional.

O IBC segue inscrito na Rede de Sustentabilidade das Instituições Públicas do Estado do Rio de Janeiro sem ter, contudo, participação efetiva atualmente. Esteve participando inicialmente nas comissões de USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, QUALIDADE DE VIDA, CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS e RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Instituição está organizando uma comissão para o desenvolvimento de uma política que vise tratar a separação e destinação dos resíduos sólidos recicláveis.

O IBC observa os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente no que se refere à origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras que consta como exigência nos editais expedidos por essa Unidade.

Ainda não temos Plano de Gestão de Logística Sustentável.

6.5.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

No exercício de 2016 foi contratado o Instituto para Desenvolvimento Ambiental e Tecnológico Idea Cíclica para descarte de 1900 lâmpadas fluorescentes.

7-RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A informação é um direito do cidadão. O Instituto Benjamin Constant, cada vez mais, estreita suas relações com a sociedade, disponibilizando canais de comunicação onde seus serviços e atendimentos podem ser acessados, dúvidas podem ser esclarecidas e questionamentos podem ser levantados.

O Instituto Benjamin Constant possui um setor responsável pela divulgação das informações e documentos de interesse dos públicos interno e externo da Instituição – a Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional (CCMI). A comunicação com a sociedade se processa da forma ativa (disponibilizando esses dados através do *site* institucional e das mídias sociais), e da forma passiva (atendendo às demandas específicas que chegam ao setor da população em geral, de seus servidores, funcionários terceirizados, alunos e responsáveis, assim como de organizações públicas e privadas e dos veículos de comunicação de massa).

Em 2016 o Instituto Benjamin Constant ampliou o acesso do cidadão às informações institucionais, dando mais visibilidade às suas ações, através da incorporação de novas rotinas ao setor, como a cobertura jornalística impressa e em audiovisual de seus eventos e ações, dando mais transparência à atuação de seus gestores.

- Para aferir o grau de satisfação do usuário, o novo dispositivo estará sendo criado nos próximos meses para ser inserido no site da Instituição.

7.1 Canais de acesso ao cidadão

No ano de 2016 o IBC disponibilizou os seguintes canais:

1) Comunicação ativa

- Site institucional (www.ibc.gov.br)
- Canal no youtube - Instituto Benjamin Constant – Boletim IBC em dia (https://www.youtube.com/channel/UC_Hv0mKFrLdNsqKMnBoT6uQ)
- Mídias sociais (Facebook e Twitter)

2) Comunicação passiva através do site do IBC

- Fale Conosco
- Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic)
- _ Carta dos Serviços ao Cidadão

No e-sic tivemos 06 solicitações de informações que foram respondidas.

Através do Fale Conosco recebemos 2.998 e-mails divididos da seguinte forma:

- ° 1.061 – Foram respondidos diretamente pelo Fale Conosco;
- ° 1.499 – Foram encaminhados para os departamentos/divisões responsáveis pelas informações solicitadas;
- ° 438 – Foram apenas recebidos pelo Fale conosco, pois eram apenas para ciência e acompanhamento.

Não recebemos nenhuma demanda pela Carta dos Serviços ao Cidadão.

No âmbito da Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional foram executados as seguintes ações no ano de 2016, que representam 100% de atendimento das demandas de cobertura jornalística de eventos e notícias institucionais de interesse público. *

- Redação e publicação de 34 matérias escritas para o *site* institucional;
- Produção e veiculação de 20 matérias em suporte audiovisual para veiculação nos 8 boletins eletrônicos IBC em Dia, veiculados no canal institucional no Youtube e no Facebook do Instituto e disponibilizados no site institucional;
- Produção de 1 boletim eletrônico IBC na Mídia
- Produção de 1 vídeo institucional de 10'10" sobre o Dia Nacional do Braille
- Atendimento a 31 solicitações de veículos de comunicação públicos e privados, que resultaram na produção e veiculação de:
 - 7 reportagens de emissoras de televisão locais e nacionais
 - 6 reportagens escritas para veículos eletrônicos e impressos locais e nacionais
 - 2 reportagens para rádios locais

Esses canais de acesso foram muito importantes, pois propiciaram à sociedade, um maior conhecimento da Instituição, a transparência das ações do IBC e uma análise frequente de nossas demandas, necessidades, serviços e atendimentos. Para o acesso a esses temos servidores responsáveis por acolher e dar o encaminhamento necessário às solicitações da comunidade, funcionando em horário comercial, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi disponibilizada no site do IBC, no link Acesso a Informação.

7.3 -Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Está sendo instituída a prática para a realização da pesquisa de satisfação dos usuários, no IBC em relação aos materiais produzidos e os serviços oferecidos. No Departamento Técnico Especializado DTE, a Divisão de Produção de Material Especializado - DPME e a Divisão de Capacitação de Recursos Humanos - DCRH realizaram a referida pesquisa visando avaliar os materiais didático-especializados, os cursos de capacitação oferecidos em âmbito nacional (interno e externo) e as instalações físicas do IBC, utilizadas nos cursos; No Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação- DMR, a Coordenação de Nutrição realizou a pesquisa visando avaliar os atendimentos oferecidos através da qualidade da alimentação oferecida aos alunos e reabilitandos e a Divisão de Reabilitação, Preparação para o trabalho e Encaminhamento Profissional para avaliar os atendimentos nos Programas de Reabilitação.

Quanto a aferição através dos canais de comunicação, tivemos no e-sic 100% de satisfação com as respostas disponibilizadas.

Informamos ainda que os e-mails respondidos pelo Fale Conosco não tiveram retorno com qualquer tipo de questionamento ou reclamação. Esclarecemos ainda que não temos uma pesquisa de satisfação do cidadão-usuário desse serviço, mas a instituição já está programando a confecção de mais esse instrumento de aferição, inclusive cobrindo a Carta de Serviços ao Cidadão, para que possam ser inseridos no site e termos um resultado mais sólido com relação à pesquisa de satisfação.

7.4– Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade. Esse ícone está disponibilizado no site do IBC, no lado esquerdo da tela, no link Acesso às Informações, em que todas as informações referentes às ações da Instituição, úteis à sociedade estão disponibilizadas visando a transparência da gestão.

7.5-Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, Nossa unidade busca intervir no espaço físico do Instituto Benjamin Constant de acordo com a lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ao Decreto nº 5.296/2004 e a Norma Técnica nº 9050 da ABNT. A acessibilidade pressupõe vários tipos de iniciativas e ações.

A acessibilização dos espaços desta instituição para atender a seus usuários vêm sendo aplicada à medida que cada reforma e melhoria realizada de forma a garantir tanto nas áreas internas como externas maior segurança e acessibilidade ao deficiente.

No critério de recursos implantados descrevemos:

1. Instalação de barras de segurança à frente de extintores e caixas de hidrantes de paredes,
2. Instalação de piso tátil nos trechos reformados e desenvolvimento de projeto para instalação de todo o percurso tátil pertinente,
3. Colocação de fitas antiderrapantes nos degraus das escadas,
4. Contratação de projeto executivo para implementação de recursos informativos para sinalização acessível do Instituto Benjamin Constant,
5. Instalação de rampas adequadas à NBR 9050.
6. Colocação de faixas nos vidros da portaria de acesso.
7. Correção de vãos de portas para acesso de cadeirantes.

Acessibilidade educacional e cultural

- As questões referentes ao ensino de estudantes cegos ou com baixa visão é apoiado em materiais didáticos acessíveis produzidos, criados e adaptados por nossas equipes de trabalho. Materiais em Braille, tipos ampliados e em áudio. O material pedagógico é todo ele direcionado a esses dois grupos de alunos, atendendo suas especificidades, usando técnicas e materiais compatíveis em relação às disciplinas e conteúdo específicos;
- O universo cultural também é trazido por materiais especializados, aulas de artes plásticas; contamos, inclusive, com uma oficina de cerâmica e uma acervo de maquetes.

Tecnologia Assistiva

- Trabalhamos apoiados por programas específicos para pessoas cegas ou com baixa visão. Leitores de tela, softwares que ampliam fontes e trabalham com diversos contrastes e ferramentas para melhorar o desempenho para pessoas com baixa visão. Equipamos a biblioteca Luis Braille e outros espaços com máquinas de última geração que oferecem leitura em Braille (linha Braille), confeccionam desenhos em relevo (fusora) e outras que convertem o texto escrito em áudio (scanner de voz).

Possuímos ainda um estúdio de gravação no qual produzimos o audiolivro. O Instituto Benjamin Constant conta com 05 laboratórios de informática: 02 na Divisão de Ensino, 02 na Divisão de Reabilitação Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional e 01 na Divisão de Capacitação de Recursos Humanos. Este último atendendo aos cursos que qualificam profissionais docentes e técnicos que atuam na área da deficiência visual de todo o país.

Acessibilidade Social

- O Instituto Benjamin Constant promove a interação entre seu alunado e a sociedade. Saídas pedagógicas (visitas a museus, espaços culturais, pontos turísticos, feiras e exposições) dão à pessoa com deficiência visual informação, participação social, senso crítico e acesso a tudo aquilo que forma o intelecto e o burilamento do espírito do homem.

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Revisão Analítica Ativo Adm Direta

CCon - Grupo (2)		CCon - Subgrupo (3)		Mês Lançamento		014/2016	014/2015
				CCon - Título (4)		Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
1	ATIVO CIRCULANTE	1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	1.498.324,98	1.366.527,38
				1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	916.143,87	874.967,93
		3	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8	OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
				2	TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	23.129,21	23.129,21
				6	ALMOXARIFADO	524.535,40	754.760,01
		5	ESTOQUES	5	MATERIAIS EM TRANSITO	0,00	
				1	MERCADORIAS PARA REVENDA	1.800,00	1.800,00
				8	OUTROS ESTOQUES	25.067,81	28.697,81
				2	BENS IMOVEIS	40.541.572,08	39.330.685,08
		2	ATIVO NAO CIRCULANTE	3	IMOBILIZADO	1	BENS MOVEIS
8	DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA					(174.015,80)	(102.840,83)
4	INTANGIVEL					238.996,80	238.996,80

8.2 Revisão Analítica Passivo Adm Direta

CCon - Grupo (2)		CCon - Subgrupo (3)		Mês Lançamento		014/2016	014/2015
				CCon - Título (4)		Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
1	PASSIVO CIRCULANTE	8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	9	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	3.062,50	122.033,75
				8	VALORES RESTITUIVEIS	170.479,03	164.170,04
		3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2	FORNECEDORES E CONTAS A PAG ESTRANGEIROS A CP	0,00	
				1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	1.095.956,32	94.680,00
				2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00	0,00
		1	OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	585.291,04	582.850,89
				1	PESSOAL A PAGAR	520.725,60	0,00
				2	OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	0,00	0,00
		4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	2	OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	0,00	0,00
		3	PATRIMONIO LIQUIDO	7	RESULTADOS ACUMULADOS	1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS

UG Executora	CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento									
		CCon - Subgrupo (3)	31/01/2015		28/02/2015		Diferença fev-jan		31/03/2015		
			Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	
152004	INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFICIOS A PESSOAL	37.366,07	0,81%	318.129,05	5,48%	280.762,98	4,67%	183.269,17	3,09%
			ENCARGOS PATRONAIS			585.798,49	10,09%	585.798,49	10,09%	307.647,60	5,19%
			OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS								
			REMUNERACAO A PESSOAL	1.501.024,94	32,52%	1.404.883,81	24,20%	(96.141,13)	-8,32%	1.472.551,03	24,84%
			Total	1.538.391,01	33,33%	2.308.811,35	39,77%	770.420,34	6,44%	1.963.467,80	33,12%
	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.374.607,24	29,78%	1.320.524,22	22,75%	(54.083,02)	-7,03%	1.437.831,52	24,25%	
		OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.643,68	0,08%	
		PENSOES	638.754,81	13,84%	627.735,08	10,81%	(11.019,73)	-3,03%	649.038,30	10,95%	
		Total	2.013.362,05	43,62%	1.948.259,30	33,56%	(65.102,75)	-10,06%	2.091.513,50	35,28%	
	USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO							1.096,25	0,02%	
		SERVICOS	661.374,54	14,33%	1.363.659,25	23,49%	702.284,71	9,16%	1.764.247,81	29,76%	

	USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	106.105,00	2,30%	46.888,80	0,81%	(59.216,20)	-1,49%	58.752,20	0,99%
	Total	767.479,54	16,63%	1.410.548,05	24,30%	643.068,51	7,67%	1.824.096,26	30,77%
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			7.167,76	0,12%	7.167,76	0,12%	4.167,66	0,07%
	Total			7.167,76	0,12%	7.167,76	0,12%	4.167,66	0,07%
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	296.602,18	6,43%	0,00	0,00%	(296.602,18)	-6,43%	0,00	0,00%
	INCORPORACAO DE PASSIVOS								
	Total	296.602,18	6,43%	0,00	0,00%	(296.602,18)	-6,43%	0,00	0,00%
TRIBUTARIAS	CONTRIBUICOES			23.571,97	0,41%	23.571,97	0,41%	7.857,32	0,13%
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA							1.721,66	0,03%
	Total			23.571,97	0,41%	23.571,97	0,41%	9.578,98	0,16%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	297,70	0,01%
	INCENTIVOS			107.145,36	1,85%	107.145,36	1,85%	35.715,12	0,60%
	Total	0,00	0,00%	107.145,36	1,85%	107.145,36	1,85%	36.012,82	0,61%
Total		4.615.834,78	100,00%	5.805.503,79	100,00%	1.189.669,01	0,00%	5.928.837,02	100,00%
Total		4.615.834,78	100,00%	5.805.503,79	100,00%	1.189.669,01	0,00%	5.928.837,02	100,00%

Diferença mar-fev		30/04/2015		Diferença abr-mar		30/05/2015		Diferença mai-abr		30/06/2015		Diferença jun-mai	
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
(134.859,88)	-2,39%	180.802,51	3,31%	(2.466,66)	0,22%	190.245,17	3,37%	9.442,66					
(278.150,89)	-4,90%	306.317,15	5,61%	(1.330,45)	0,42%	303.344,91	5,37%	(2.972,24)					
67.667,22	0,64%	1.469.276,91	26,90%	(3.274,12)	2,06%	1.461.456,38	25,87%	(7.820,53)					
(345.343,55)	-6,65%	1.956.396,57	35,82%	(7.071,23)	2,70%	1.955.046,46	34,60%	(1.350,11)					
117.307,30	1,51%	1.437.284,62	26,31%	(546,90)	2,06%	1.437.709,82	25,45%	425,20					
4.643,68	0,08%	0,00	0,00%	(4.643,68)	-0,08%	0,00	0,00%	0,00					
21.303,22	0,13%	652.565,05	11,95%	3.526,75	1,00%	641.036,34	11,35%	(11.528,71)					
143.254,20	1,72%	2.089.849,67	38,26%	(1.663,83)	2,98%	2.078.746,16	36,79%	(11.103,51)					
1.096,25	0,02%	0,00	0,00%	(1.096,25)	-0,02%	0,00	0,00%	0,00					
400.588,56	6,27%	1.192.908,14	21,84%	(571.339,67)	-7,92%	1.349.237,18	23,88%	156.329,04					

11.863,40	0,18%	175.877,75	3,22%	117.125,55	2,23%	122.949,81	2,18%	(52.927,94)
413.548,21	6,47%	1.368.785,89	25,06%	(455.310,37)	-5,71%	1.472.186,99	26,06%	103.401,10
(3.000,10)	-0,05%	3.583,88	0,07%	(583,78)	0,00%	3.583,88	0,06%	0,00
(3.000,10)	-0,05%	3.583,88	0,07%	(583,78)	0,00%	3.583,88	0,06%	0,00
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
(15.714,65)	-0,27%	7.857,32	0,14%	0,00	0,01%	25.296,21	0,45%	17.438,89
1.721,66	0,03%	0,00	0,00%	(1.721,66)	-0,03%	0,00	0,00%	0,00
(13.992,99)	-0,24%	7.857,32	0,14%	(1.721,66)	-0,02%	25.296,21	0,45%	17.438,89
297,70	0,01%	0,00	0,00%	(297,70)	-0,01%	260,00	0,00%	260,00
(71.430,24)	-1,24%	35.715,12	0,65%	(0,00)	0,05%	114.982,80	2,04%	79.267,68
(71.132,54)	-1,24%	35.715,12	0,65%	(297,70)	0,05%	115.242,80	2,04%	79.527,68
123.333,23	0,00%	5.462.188,45	100,00%	(466.648,57)	0,00%	5.650.102,50	100,00%	187.914,05
123.333,23	0,00%	5.462.188,45	100,00%	(466.648,57)	0,00%	5.650.102,50	100,00%	187.914,05

31/07/2015		Diferença jul-jun				31/08/2015				Diferença ago-jul				30/09/2015	
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%										
183.318,26	3,13%	(2.516,46)	-0,16%	181.676,69	3,09%	(1.641,57)	-0,05%	182.451,00	3,37%	774,31	0,28%	183.251,7			
301.221,68	5,15%	(3.260,91)	-0,25%	312.876,06	5,32%	11.654,38	0,16%	303.542,92	5,61%	(9.333,14)	0,29%	301.694,5			
1.445.811,23	24,72%	(31.013,21)	-1,48%	1.500.119,78	25,48%	54.308,55	0,76%	1.456.146,65	26,89%	(43.973,13)	1,41%	1.452.990,0			
1.930.351,17	33,01%	(36.790,58)	-1,89%	1.994.672,53	33,89%	64.321,36	0,88%	1.942.140,57	35,87%	(52.531,96)	1,98%	1.937.936,3			
1.422.422,98	24,33%	7.230,10	-0,79%	1.407.132,71	23,91%	(15.290,27)	-0,42%	1.419.154,45	26,21%	12.021,74	2,30%	1.420.350,2			
27.360,74	0,47%	27.360,74	0,47%	12.334,61	0,21%	(15.026,13)	-0,26%	0,00	0,00%	(12.334,61)	-0,21%	5.245,6			
647.930,72	11,08%	10.540,62	-0,23%	665.183,19	11,30%	17.252,47	0,22%	646.596,95	11,94%	(18.586,24)	0,64%	654.455,4			
2.097.714,44	35,87%	45.131,46	-0,55%	2.084.650,51	35,42%	(13.063,93)	-0,46%	2.065.751,40	38,15%	(18.899,11)	2,73%	2.080.051,3			
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00			
1.562.534,88	26,72%	145.495,32	1,58%	1.594.180,38	27,08%	31.645,50	0,36%	1.083.343,95	20,01%	(510.836,43)	-7,08%	1.447.406,5			

170.075,43	2,91%	58.241,12	0,92%	128.269,97	2,18%	(41.805,46)	-0,73%	238.337,28	4,40%	110.067,31	2,22%	59.489,5
1.732.610,31	29,63%	203.736,44	2,50%	1.722.450,35	29,26%	(10.159,96)	-0,37%	1.321.681,23	24,41%	(400.769,12)	-4,85%	1.506.896,0
3.583,88	0,06%	(0,00)	0,00%	3.687,84	0,06%	103,96	0,00%	3.583,88	0,07%	(103,96)	0,00%	3.583,8
3.583,88	0,06%	(0,00)	0,00%	3.687,84	0,06%	103,96	0,00%	3.583,88	0,07%	(103,96)	0,00%	3.583,8
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	18.477,2

-0,09%	4.807,02	0,07%
2,37%	633.574,82	9,16%
8,49%	2.046.269,60	29,57%
0,00%	12.463,59	0,18%
-7,12%	1.760.588,01	25,44%
-0,08%	160.468,45	2,32%
-7,20%	1.933.520,05	27,94%
-0,06%	7.167,76	0,10%

-0,06%	7.167,76	0,10%
-0,05%	95.738,66	1,38%
	122.033,75	1,76%
-0,05%	217.772,41	3,15%
-0,09%	14.405,09	0,21%
0,00%	0,00	0,00%
-0,09%	14.405,09	0,21%
-0,10%	2.625,23	0,04%
-0,44%	70.851,05	1,02%
-0,53%	73.476,28	1,06%
0,00%	6.919.989,58	100,00%
0,00%	6.919.989,58	100,00%

8.4 Revisão Analítica BO

Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
50.885.736,00	54.937.155,00	54.761.461,48	54.737.271,63	54.737.271,63		175.693,52
27.193.285,00	27.524.910,00	26.983.073,84	22.011.735,49	22.011.735,49	0,00	541.836,16
78.079.021,00	82.462.065,00	81.744.535,32	76.749.007,12	76.749.007,12	0,00	717.529,68
2.220.272,00	2.210.272,00	1.479.602,18	151.693,59	151.693,59	0,00	730.669,82
2.220.272,00	2.210.272,00	1.479.602,18	151.693,59	151.693,59	0,00	730.669,82
80.299.293,00	84.672.337,00	83.224.137,50	76.900.700,71	76.900.700,71	0,00	1.448.199,50
80.299.293,00	84.672.337,00	83.224.137,50	76.900.700,71	76.900.700,71	0,00	1.448.199,50

8.5 – Análise dos quadros apresentados acima:

Revisão Analítica dos BALANÇO PATRIMONIAL:

Abaixo será demonstrado o extrato dos principais grupos que compõem o balanço patrimonial com as respectivas análises de suas variações ocorridas durante o quarto trimestre de 2015.

Revisão Analítica do ATIVO (Balanço Patrimonial):

Nota Explicativa:

Neste exercício de 2016 houve algumas modificações significativas como:

- alteração na conta corrente 1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional – que em 2016 apresenta um saldo de R\$1.498.324,98 contra o saldo de R\$1.366.527,38 do exercício de 2015, tendo uma variação de 09,64%, de acréscimo, porém, não suficiente para que esta unidade possa sanar todos os seus credores, devido ainda o contingenciamento, e que, apesar de menor, neste exercício de 2016, ainda pesa sobre esta instituição;

- conta corrente: 1.1.3.1.0.00.00 – Adiantamentos Concedidos – no exercício de 2015, apresenta um saldo de R\$874.967,93 contra R\$916.143,67 deste exercício de 2016, cuja variação apresenta é de R\$41.175,94 que sofreu um acréscimo de 04,70%, devido a pedidos de férias e 13.º salário e ainda de próprio adiantamento de vencimentos, isto posto, sempre ao final de cada exercício, principalmente oriundos dos professores, e ocorrendo sempre um queda no decorrer do exercício seguinte;

- Tributos a Recuperar/Compensar – conta corrente:1.1.3.2.0.00.00 – mantido o patamar no valor de R\$23.129,21 e sendo esta conta transitório, porém, ainda apresentando este saldo, devido a não compensação por ocasião da apropriação da folha de pagamento, onde poderá ser abatido, conforme legislação, o INSS e IRPF;

- outra variação verificada, é a conta 1.1.5.6.0.00.00 – Almoxarifado, que como poderá ser observado houve o decréscimo de R\$ 230.224,60, representado 30,50% a menos do que o exercício de 2015, que apresentava um saldo de R\$754.760,01 contra o saldo de R\$524.535,40 neste exercício de 2016, sendo esta, com a baixa de bens móveis de almoxarifado, o que porém, não significa perda, e sim, que os materiais foram utilizados e distribuídos ao longo do exercício de 2016;

- relação da conta 1.1.5.1.0.00.00 – Mercadorias para Revenda – que apresenta o saldo de R\$1.800,00, tanto no exercício de 2015 e 2016, deverá no exercício de 2017, ser estornada, uma vez que, identificado como sendo contabilizado o pagamento a firma DR Comércio de Materiais Elétricos Ltda, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 14.229.359/0001-40 em 07 de agosto de 2015, N.F.FAT.: 1.395 – processo:23119.000109/205-18, pois esta instituição não realiza venda de materiais e ou prestações de serviços;

- relação da conta 1.1.5.8.0.00.00 – Outros Estoques que apresenta um saldo em 2015 no valor de R\$28.697,81 e em 2016 um saldo de R\$25.067,81, onde a diferença verificada é de R\$3.630,00 e sendo este um lançamento ocorrido em 10 de agosto de 2015, por engano, referente a contabilização para pagamento da firma Cinpel – Comércio e Papelaria Ltda. – Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ. n.º

02.857.215/0001-59, conforme NF/FAT.1.095 – proc.:23119.000857/2015-71, devendo no próximo exercício de 2017, verificado e estornada;

- conta 1.1.3.1.0.00.00 – Bens Móveis – consta o valor em 2016 de R\$13.829.112,74 contra o valor consignado em 2015 de R\$13.662.072,77 onde houve uma variação de 01,22% sobre o exercício de 2015 sendo o valor acrescido em 2017 de R\$167.039,97 de bens adquiridos no exercício de 2016;

- variação ocorrida à conta 1.2.3.2.0.00.00 – Bens Imóveis – acréscimo de 03,08% sobre o exercício de 2015 que constava o valor de R\$39.330.685,08 que perfaz o valor acrescido de 1.210.887,00 para o exercício de 2016 no valor de R\$39.330.685,08 oriundo de obras e melhorias realizadas nos imóveis deste instituto, enquanto aguarda a decisão do Serviço de Patrimônio da União – SPIU de como deveremos proceder e lançar estas melhorias ocorrias;

- conta 1.2.3.8.0.00.00 – Depreciação, Exaustão e Amortização, saldo negativo de R\$71.174,97 apurado entre o exercício de 2015 no valor de R\$102.840,83 para o exercício de 2017 com o valor de R\$174.015,80, negativos, com o percentual de 69,21%, apesar desta Unidade primar em manter todos os seus registro, a depriação de bens móveis e imóveis, ainda não foram realizados. Ocorre que o nosso Serviço de Patrimônio, ainda encontra dificuldade de proceder o levantamento dos bens mais antigos, bem como, em manter e levantar os novos que são adquiridos.

Tal entrave, ocorre por falta de um programa, que faça, a depreciação, tanto antiga, como dos bens atuais, apesar de várias tentativas em as realizar, bem como estamos tentando em adquirir e ou arranjar um Programa que o faça.

Bem como as demais variações, em análise horizontal das contas, foram decorrentes dos próprios lançamentos contábeis rotineiros.

Revisão Analítica “Passivo circulante” (Balanço Patrimonial):

Nota Explicativa:

Neste exercício de 2016 foram observadas as seguintes modificações:

- conta - 2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis possui o saldo em 2015 de R\$164.170,04 e em 2016 sofreu um acréscimo de R\$6.308,99 ficando ao longo do exercício de 2016 com o saldo de R\$170.479,03 uma variação de 03,84% – corresponde a diversas retenções realizadas, sobre credores e também referente a folha de pagamento, para serem recolhidos no mês subsequente, como IRRF, INSS, Consignações, arretando porém, um saldo aparentemente excessivo, devendo ser regularizado ao longo do exercício de 2017;

- conta 2.1.8.9.0.00.00 – Outras Obrigações a Curto Prazo, esta conta trata exclusivamente para pagamento de diárias e reembolsos a servidores, ocorre que no exercício de 2015 consignava o valor de R\$122.033,75 e no exercício de 2016 este valor caiu para R\$3.062,50 perfazendo uma diferença de R\$118.971,25 em que executou-se 97,49%, apesar de ainda apresentar saldo, e devendo a mesma ser zerada ao longo do exercício de 2017;

- conta 2.1.3.1.1.04.00 – Contas a Pagar Credores Nacionais - saldo de R\$94.680,00, corresponde a diversos credores, prestadores de serviço, no qual foram contabilizados a esta conta, sem porém,

podermos quitar, pois devido a disponibilização do financeiro não haver saldo suficiente para que pudéssemos honrar os compromissos, gerando assim, saldo remanescente nesta conta, e que ao longo do exercício de 2016 este saldo cresceu no patamar de R\$1.095.956,32 perfazendo um percentual de 105,75% a mais, e que de acordo com as liberações e conforme já informado em varios quadros, devido ao contingenciamento, financeiro, que nos é imposto, cada vez mais, aumenta os valores sobre credores/fornecedores a pagar, e sendo os repasses de acordo com as liberações feitas pelo Tesouro Nacional e nos repassado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC;

- conta 2.1.1.1.0.00.00 – Pessoal a Pagar – encontra o valor de R\$520.725,60 – isto posto, neste exercício de 2016, não havendo como comparar no exercício de 2015, verificado consta o pagamento realizado através de exercícios anteriores, liberados pelo MPOG na folha de pagamento ao longo do exercício, porém, apesar deste valor se encontrar liquidado, consta o saldo assim mesmo, devido a contabilização através de lançamentos em conformidade com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o assunto, sendo passivo de verificação no exercício de 2017;

- conta 2.1.1.4.0.00.00 – Encargos Sociais a Pagar – consta o valor de R\$582.850,89 no exercício de 2015 e em 2016 o valor de R\$585.291,04 uma variação a maior de 00,42%, sendo que estas contas não deveriam haver saldos, pois são contas transitórias, esta unidade irá proceder levantamento e recolhimentos destes encagos no decorrer do exercício de 2017;

- conta 2.3.0.0.0.00.00 – Patrimônio Líquido – do resultado acumulado de 2015 consta o valor de R\$55.215.061,48 contra o valor de R\$55.049.152,60 que representa um déficit a menor de 00,30% ou seja, R\$165.908,88 a menor do que em 2015;

Revisão Analítica “Patrimônio Líquido” (Balanço Patrimonial):

Nota Explicativa:

DEMONSTRATIVO	SALDO EM 2016 R\$
Varição Patrimonial Aumentativa - VPA	81.066.344,57
Varição Patrimonial Diminutiva VPD	80.713.152,61
Superávit do Exercício	353.191,96

Durante este exercício de 2016 o fechamento do ano corrente (014) em comparação com dezembro de 2015 houve uma variação no Patrimônio Líquido ocorrendo um superávit no valor de R\$ 353.191,96, decorrente da apuração do Resultado do Exercício obtido pela diferença entre os saldos da Varição Patrimonial Aumentativa-VPA e da Varição Patrimonial Diminutiva- VPD, conforme demonstrado no quadro acima.

Parte Final

Os valores empenhados, quase atingiram suas metas totais, porém, de acordo com as próprias LDOs e LOAs, em todos os exercícios houveram contingenciamentos, apesar das variações ocorridas, conforme demonstrado, tolindo totalmente a Unidade de poder planejar de acordo com variações ocorridas, faltas de servidores, matrículas em patamar menores, e servidores se esforçando para a manutenção, bem como, para elaboração de materiais didáticos e paradidáticos para pessoas deficiente, bem como para os atendimentos no serviço médico.

O serviço médico oftalmológico atende não só os alunos, reabilitandos e comunidade, e tendo que enfrentar a tipicidade que se baseia nas normas ambulatorias.

Como enfrentamos a manutenção predial, tendo em vista, ser um prédio ainda do tempo do império, que requer constante manutenção, bem como adaptações para acessibilidade, que se faz necessário para inclusão social.

- recebemos através da LOA a dotação Inicial de R\$80.299.293,00 e que durante o exercício de 2016 houve a necessidade de Suplementação, ocorrida no valor de R\$4.370.044,00 representando um acréscimo de 05,45% sobre a inicial no valor total de R\$84.672.337,00, e que obtivemos um resultado com despesas empenhadas no valor de R\$83.224.137,50;

- conseguimos apesar de todo o contingenciamento sofrido ao longo deste exercício, liquidar o valor de R\$76.900.709,71, representando o percentual de 09,18% de todo o montante recebido;

- o que porém, não conseguimos foi liquidar todos os nossos compromissos, ficando para o exercício o montante de R\$7.771.636,29 que deveremos liquidar ao longo do exercício de 2017, isto posto, caso consigamos receber pelo menos metade desde valor.

8.6 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos”

Em resposta o Supervisor da Divisão de |Orçamento e Finanças informou que esta unidade não procede tal fato, sendo este pertinente a CCONT. Esta unidade procede tão somente a depreciação de bens móveis adquiridos por esta Unidade. Que está fazendo o levantamento físico e de valores de nossos bens, de outros exercícios, alocados com valores bem defasados. O IBC está providenciando a aquisição do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

8.7 – Sistemática de apuração de custos na unidade

Somos uma unidade da administração pública federal direta, sendo assim, subordinados diretamente ao Ministério da Educação, onde este responde pelos próprios programas e informações pertinentes a este. Cabe apenas a esta unidade, executar ações, a nos pertinentes, repassando e prestando informações diretamente a Contabilidade do próprio MEC. Sendo assim, cabe ao Ministério da Educação, tais informações.

8.8 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas referentes ao 4º trimestre de 2015:

Esta Unidade é da Administração Direta, pertencente ao Ministério da Educação, e por este motivo, somente alimentamos o sistema, bem como, prestamos esclarecimentos à Subsecretaria de

Planejamento e Orçamento do MEC – SPO, cabendo a esta subsecretaria tais demonstrações contábeis e notas explicativas.

9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações TCU

O IBC não teve no exercício de 2016 recomendações do TCU

Quando houver recomendação, a Chefe de Gabinete fará o efetivo acompanhamento das recomendações.

9.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O IBC recebeu no exercício de 2016 três Recomendações que serão apresentadas a seguir:

RECOMENDAÇÃO	TEXTO
Recomendação:159685- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 01/06/2016	Estabelecer critérios técnicos para priorização dos livros a serem adaptados, de forma a maximizar a efetividade do programa.
Recomendação:159687- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 02/06/2016	Implementar controle formalizado de estoque.
Recomendação:159688- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 01/06/2016	Fazer gestão junto ao FNDE para que os acordos celebrados com as editoras contenham cláusulas que determinem que as mídias sejam disponibilizadas para o IBC com as capas dos livros em arquivos abertos, contendo os “links” das imagens e das fontes.
Recomendação:159690- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 03/11/2016 Data atendimento: 18/01/2017	Continuar fazendo gestão junto ao MEC objetivando a realização de concurso público para substituir os contratos terceirizados relativos a cargos vinculados à atividade fim do órgão.
Recomendação:159692- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 01/06/2016	Registrar os pedidos negados e as respectivas justificativas para o não atendimento a fim de utilizar esses registros de forma gerencial na tomada de decisão quanto ao aumento ou não da capacidade operacional.
Recomendação:159693- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 06/07/2016	Fazer gestão junto ao FNDE visando antecipar ao máximo possível a definição dos livros a serem produzidos e estabelecer cronograma formalizado no Termo de Cooperação Para as datas de entregas dos livros, evidenciando o tempo necessário à produção das obras.
Recomendação:159694- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 01/07/2016	Informar à SECADI sobre a quantidade de títulos a serem adaptados e transcritos, evidenciando as restrições impostas pela capacidade operacional do IBC e pelo cronograma de entregas.
Recomendação:159695- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016	

Data atendimento: 01/06/2016	Informar SECADI sobre a validade de produzir livros em Braille destinados a crianças do primeiro ano do ensino fundamental, período no qual ainda não estão devidamente alfabetizadas em Braille e no qual é difícil identificar quais escolas terão esses alunos matriculados e livros predominantemente compostos por imagem.
Recomendação:159696- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 06/07/2016	Fazer gestão junto ao FNDE sobre a inadequabilidade de se utilizar o censo escolar como forma de seleção de alunos/escolas para o envio de livros em Braille, buscando soluções alternativas mais eficazes como, por exemplo, o procedimento adotado para a distribuição dos materiais em Braille produzidos pelo próprio IBC (cartilha, etc.).
Recomendação:159697- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 06/07/2016	Atuar junto ao INEP visando aprimorar as informações disponíveis para as escolas, para preenchimento do censo escolar quanto ao discernimento entre alunos necessitando utilizar óculos, alunos de baixa visão e alunos cegos.
Recomendação:159698- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 20/04/2016 Data atendimento: 01/06/2016	Fazer gestão junto ao FNDE para evitar esforços para que o processo de distribuição seja anual e que seja compatibilizado o livro distribuído com a série que o aluno deficiente visual está cursando.
Recomendação:159699- Atendida Envio ao Gestor: 21/03/2016 Data limite: 05/11/2016 Data atendimento: 19/01/2017	Distribuir, anexado aos livros em Braille, orientações em tinta sobre a destinação adequada dos livros didáticos, que devem pertencer aos alunos e não a escola, descrevendo o procedimento a ser adotado para devolução/remanejamento caso não haja na escola aluno em condições de utilizar os livros.
Recomendação: 159686- Monitorando Envio ao gestor: 21/03/2016 Data limite: 23/05/2017	Adequar o local de depósito de todos os materiais, incluindo critérios de segurança contra incêndio e furto e considerando a conservação do material, com utilização de pallets.
Recomendação: 159689- Monitorando Envio ao gestor: 21/03/2016 Data limite: 23/05/2017	Agilizar a realização do devido processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 33/2015) para substituir o contrato emergencial com a empresa Tecnisan Técnica de serviços e Comércio Ltda., para contratação de mão de obra terceirizada para atender à Divisão de Imprensa Braille e demais setores envolvidos.
Recomendação: 159691- Monitorando Envio ao gestor: 21/03/2016 Data limite: 23/05/2017	Estabelecer rotina de avaliação da produção de material em Braille utilizando-se de relatórios gerenciais elaborados a partir de dados das ordens de produção, entre outros relevantes.

As recomendações foram sendo atendidas ao longo do exercício gerando, em alguns casos, o pedido de prorrogação de prazo e restaram apenas 3 recomendações que estão sendo resolvidas pelos setores responsáveis cujo prazo expira em 23/05/2017.

9.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

Não houve no exercício 2016 processo para apuração por dano ao Erário.

9.4 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993”

Esta unidade, vinha seguindo à risca tais cronogramas, até o exercício de 2014, porém, data a política adotada pelo próprio governo a partir de 2015, não estamos conseguindo assim, ter um cronograma.

Caso a liberação financeira ocorrer somente uma vez por mês e não ser liberado todo o gasto, ou seja, para poder honramos a todos os compromissos com os credores. Assim, esta Unidade se viu impossibilitada de poder fazer e ou prever quaisquer cronograma.

9.5 – Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O IBC não firmou contrato com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior no exercício.

9.6 – Ações de Publicidade e Propaganda

Não foram realizadas no exercício de 2016.

10- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As considerações referentes à gestão do exercício de 2016 já foram expressas no Relatório de Gestão ora apresentado.

Para que a instituição possa continuar cumprindo as metas estabelecidas no PPA 2016-2019 há necessidade premente de novos concursos públicos, prioritariamente, na área técnico-administrativa, já que na atualidade estamos vivenciando grandes dificuldades pelo esvaziamento de um corpo técnico verdadeiramente qualificado, o que vem dificultando o acompanhamento das demandas que a cada dia crescem mais.